



RELATÓRIO

Assunto: BALANÇO GERAL DO ESTADO - Exercício 2016

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2016, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual compõe a prestação de contas do Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, José Melo de Oliveira, à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende, entre outras, às seguintes normas: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; Manual de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Lei Federal 4.320/64 e Lei Federal 101/2000. Em cumprimento à Constituição Estadual, Art. 54, inciso XVIII, deverá ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas no prazo regulamentar.

1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei n.º 4.208, de 07 de agosto de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO¹, para o exercício de 2016, e na Lei n.º 4.269, de 15 de dezembro de 2015 e Anexos, Lei Orçamentária Anual – LOA², que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 16,211 bilhões, sendo R\$ 11,816 bilhões do orçamento fiscal, R\$ 4,238 bilhões da seguridade social e R\$ 157 milhões de investimentos das empresas do Estado.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

² Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.



1.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

A receita do orçamento fiscal e da seguridade fiscal do Estado do Amazonas estimada para o exercício de 2016, considerando as orçamentárias e intraorçamentárias foi de R\$16,054 bilhões, já incluindo as deduções para o FUNDEB com R\$ 1,765 bilhão. Destacam-se as participações das fontes de Receita Tributária, com percentual de 57,91% e Transferências Correntes, com 29,68%, conforme demonstramos na tabela 01.

Tabela 01
Receita Estimada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

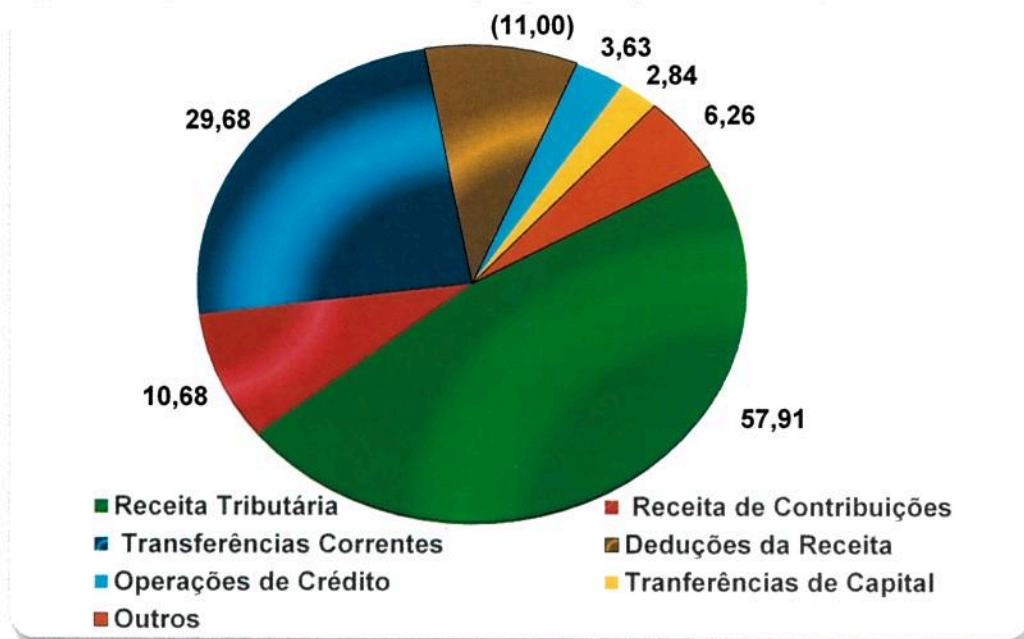
CATEGORIA ECONÔMICA / ORIGEM	RECEITA ESTIMADA	R\$ Mil PART. %
RECEITAS CORRENTES	16.327.708	101,71
Receita Tributária	9.296.570	57,91
Receita de Contribuições	1.714.265	10,68
Receita Patrimonial	274.573	1,71
Receita Industrial	3.000	0,02
Receita de Serviços	131.042	0,82
Transferências Correntes	4.764.868	29,68
Outras Receitas Correntes	143.390	0,89
RECEITAS DE CAPITAL	1.090.825	6,79
Operações de Crédito	584.000	3,63
Alienação de Bens	1.000	0,01
Amortização de Empréstimos	200	0,00
Transferências de Capital	455.449	2,84
Outras Receitas de Capital	50.176	0,31
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	401.492	2,50
Receita de Contribuições	359.587	2,24
Receita Patrimonial	4.375	0,03
Receita Industrial	10.300	0,06
Outras Receitas Correntes	27.230	0,17
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.765.791)	(11,00)
TOTAL	16.054.234	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 01 evidenciamos as cinco principais receitas, a dedução para o FUNDEB e outras receitas.



Gráfico 01
Receita Estimada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Percentual



1.2 Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias

Em conformidade com o Art. 3º da Lei nº. 4.269, de 15 de dezembro de 2015 – LOA, as despesas do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício de 2016 foram fixadas no valor de R\$ 16,054 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidando os Órgãos dos Poderes Executivo, incluindo a Defensoria Pública, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Destacamos a despesa intraorçamentária, modalidade 91 com R\$ 359 milhões em Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 42 milhões em Outras Despesas Correntes, conforme apresentamos na tabela 02 e gráfico 02.

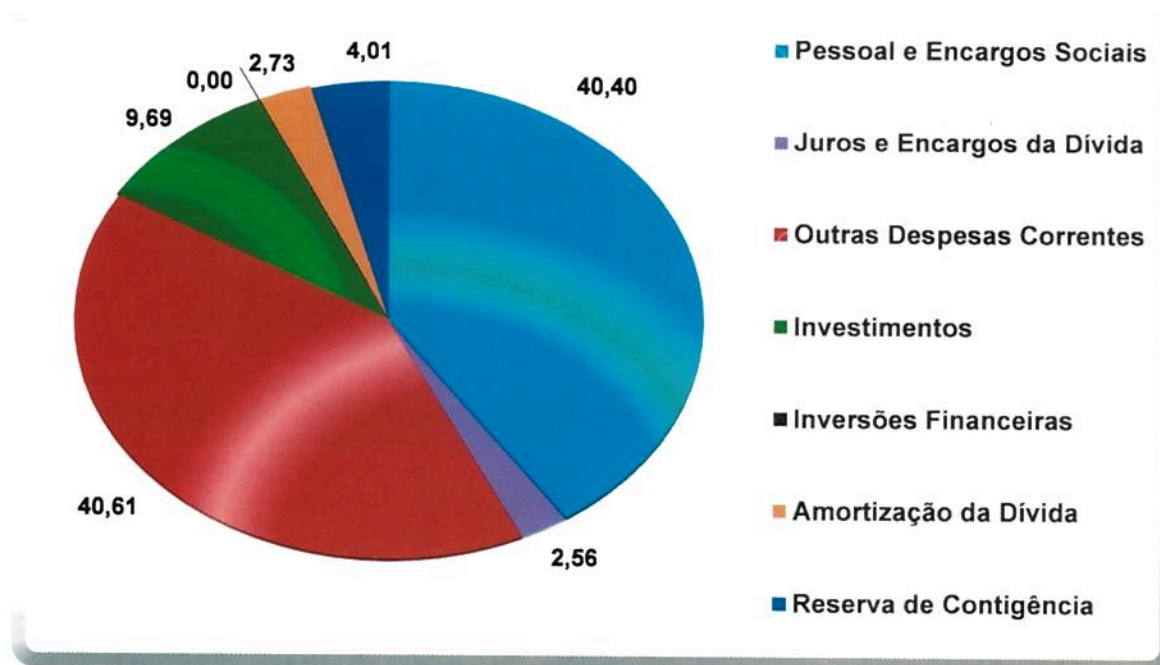


Tabela 02
Despesa Fixada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	PART. %
DESPESAS CORRENTES	13.416.494	83,57
Pessoal e Encargos Sociais	6.485.421	40,40
d/q modalidade 91	359.587	2,24
Juros e Encargos da Dívida	410.942	2,56
Outras Despesas Correntes	6.520.131	40,61
d/q modalidade 91	41.905	0,26
DESPESAS DE CAPITAL	1.994.098	12,42
Investimentos	1.555.164	9,69
Inversões Financeiras	10	0,00
Amortização da Dívida	438.924	2,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	643.642	4,01
d/q Reserva da Previdência	393.703	2,45
TOTAL DA DESPESA	16.054.234	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI
d/q = das quais

Gráfico 02
Despesa Fixada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Percentual



Nota: Considerando as Modalidades 91



1.3 Alterações Orçamentárias

No exercício financeiro de 2016, o governo realizou alterações no orçamento inicial, que representaram 10,71%, conforme demonstramos na tabela 03 a seguir.

Tabela 03
Créditos Iniciais e Adicionais

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	R\$ Mil
1. ORÇAMENTO INICIAL		16.054.234
2. Créditos Adicionais		7.441.331
2.1 Suplementares		7.408.098
2.2 Especiais		33.233
3. Créditos Anulados		5.721.210
3.1 Orçamentários e Suplementares		5.721.210
4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)		17.774.355
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)		10,71

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 04, demonstramos as alterações orçamentárias por grupo de despesa evidenciando a variação entre o orçado inicial e o autorizado final. Destacamos o grupo Inversões Financeiras com a variação de 1.039.665,77% em relação ao crédito inicial, motivada, principalmente, pelo relevante aporte de recursos para o Fundo Garantidor de PPP.

Tabela 04
Demonstrativo de Alterações Orçamentárias por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Crédito Inicial	Suplementações	Anulações	Crédito Autorizado	Var. %	R\$ Mil
1. Pessoal e Encargos	6.485.421	1.164.820	717.880	6.932.360	6,89	
2. Juros e Encargos da Dívida	410.942	190.721	153.195	448.468	9,13	
3. Outras Despesas Correntes	6.520.131	3.946.111	2.978.186	7.488.056	14,85	
4. Investimentos	1.555.164	1.322.830	1.049.538	1.828.456	17,57	
5. Inversões Financeiras	10	144.142	40.175	103.977	1.039.665,77	
6. Amortização da Dívida	438.924	666.641	522.176	583.389	32,91	
9. Reserva de Contingência	643.642	6.066	260.059	389.649	(39,46)	
d/q Reserva Previdenciária	393.703	-	4.404	389.299	(1,12)	
TOTAL	16.054.234	7.441.331	5.721.210	17.774.355	10,71	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



2 GESTÃO DA RECEITA

2.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

As receitas são representadas pelos recursos que ingressaram nos cofres públicos pela SEFAZ de forma centralizada e pelos Órgãos, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas dependentes do Governo do Estado. A receita arrecadada no exercício foi de R\$ 15,440 bilhões que, comparada a receita estimada de R\$ 16,054 bilhões, conforme a LOA, apresenta um déficit nominal de 3,82% ou R\$ 613 milhões, já considerando as deduções da receita para o FUNDEB de R\$ 1,621 bilhão, que representa 10,50% do total da receita arrecadada.

As receitas com maior variação negativa foram a Tributária com R\$ 1,330 bilhão, as de Contribuições com R\$ 392 milhões e as Transferências de Capital com R\$ 313 milhões, sendo as duas primeiras para operacionalização da máquina administrativa e a última para fazer frente aos investimentos do Estado. Este cenário é o reflexo da crise econômica do País.

Destacamos os grupos Outras Receitas Correntes com variação positiva de 396,34% ou R\$ 568 milhões, este acréscimo referem-se às receitas não efetivas de Depósitos Judiciais – LC 151/2015, no valor de R\$ 547 milhões e Receita Patrimonial com variação positiva de 137,15% ou R\$ 376 milhões, referente a Receita de Cessão de Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento, no valor de R\$ 301 milhões.

As Receitas Intraorçamentárias foram na ordem de R\$ 587 milhões, em atendimento a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338, de 26 de abril de 2006, a fim de eliminar a dupla contagem no levantamento dos balanços e demais demonstrações contábeis.

Na tabela 05 e gráfico 03 demonstramos a execução da receita por categoria econômica.



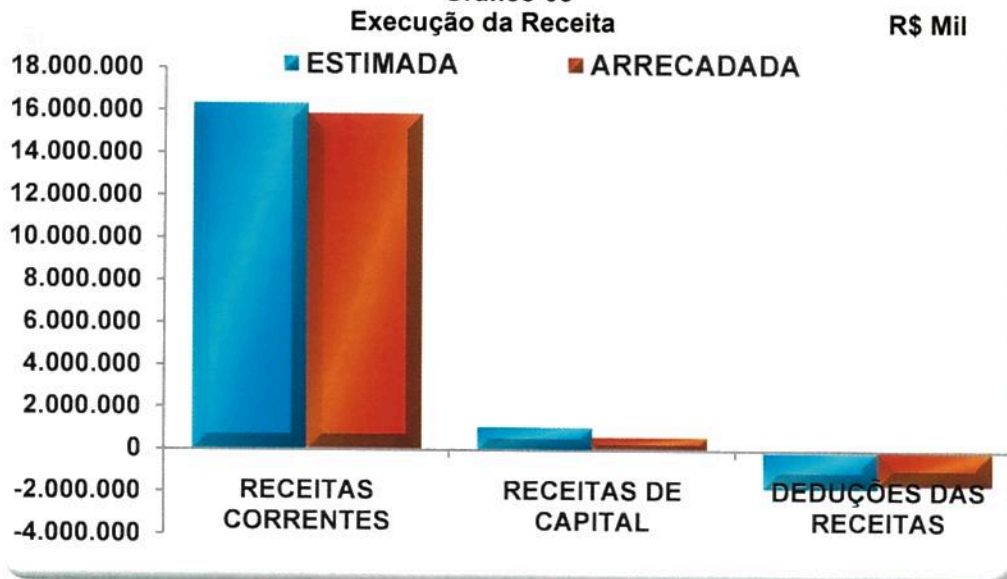
Tabela 05
Execução da Receita por Categoria

CATEGORIA ECONÔMICA/ORIGEM	RECEITA			%	
	ESTIMADA	ARRECADADA	VARIAÇÃO	REAL.	PART.
RECEITAS CORRENTES	16.327.708	15.858.552	(469.156)	(2,87)	102,71
Tributária	9.296.570	7.965.906	(1.330.664)	(14,31)	51,59
De Contribuições	1.714.265	1.321.896	(392.369)	(22,89)	8,56
Patrimonial	274.573	651.138	376.566	137,15	4,21
Industrial	3.000	2.380	(620)	(20,68)	0,02
De Serviços	131.042	147.889	16.847	12,86	0,96
Transferências Correntes	4.764.868	5.057.645	292.777	6,14	32,76
Outras Receitas Correntes	143.390	711.698	568.308	396,34	4,61
RECEITAS DE CAPITAL	1.090.825	615.770	(475.055)	(43,55)	3,99
Operações de Crédito	584.000	433.874	(150.126)	(25,71)	2,81
Alienações de Bens	1.000	689	(311)	(31,10)	0,00
Amortização de Empréstimos	200	69	(131)	(65,28)	0,00
Transferência de Capital	455.449	141.975	(313.474)	(68,83)	0,93
Outras Receitas de Capital	50.176	39.163	(11.013)	(21,95)	0,25
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	401.492	587.470	185.978	46,32	3,80
De Contribuições	359.587	549.903	190.316	52,93	3,57
Patrimonial	4.375	2.297	(2.078)	(47,50)	0,01
Industrial	10.300	9.505	(795)	(7,71)	0,06
Outras Receitas Correntes	27.230	25.765	(1.465)	(5,38)	0,16
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.765.791)	(1.621.262)	144.529	(8,18)	(10,50)
TOTAL	16.054.234	15.440.531	(613.703)	(3,82)	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias.

Gráfico 03
Execução da Receita





A classificação orçamentária por fontes de recursos tem como objetivo identificar a origem de financiamento dos gastos públicos e seu gerenciamento. Na tabela 06, apresentamos a receita por fonte de recurso, comparando a receita estimada com a arrecadada e seus percentuais de realização e participação.

Tabela 06
Execução da Receita por Fonte de Recurso

FONTE	FONTE DE RECURSO	RECEITA			PERCENTUAL %	
		ESTIMADA	ARRECADADO	VARIAÇÃO	REAL.	PART.
100	Recursos Ordinários	8.206.494	7.316.815	(889.679)	(10,84)	47,39
110	Recursos de Dep. Judiciais - LC 151/2015	0	547.741	547.741	0,00	3,55
115	Alienação de Bens	1.000	821	(179)	(17,92)	0,01
116	Contrib. P/ o Des. do Ensino Superior	315.072	295.656	(19.416)	(6,16)	1,91
117	Contrib. p/ Infraest. Básica, Econ. e Social	105.000	27.603	(77.397)	(73,71)	0,18
121	Fund. Part. dos Est. e Dist. Federal - FPE	1.840.000	2.065.103	225.103	12,23	13,37
127	Contribuição do Salário-Educação	70.000	54.844	(15.156)	(21,65)	0,36
130	Contrib. de Interv. do Domínio Econômico	3.450	20.244	16.794	486,78	0,13
140	Inden./Utiliz. Rec. Híd. Expl. Rec. Minerais	10.600	11.436	836	7,89	0,07
145	Recursos do Royalties sobre o Petróleo	213.000	251.338	38.338	18,00	1,63
146	Recursos do FUNDEB	1.550.000	1.385.026	(164.974)	(10,64)	8,97
150	Outras Transferências de Recursos Federais	34.032	50.242	16.210	47,63	0,33
155	Recursos de Transf. Financeira LC 87/96	11.792	11.792	0	0,00	0,08
160	Recursos do FTI	901.278	591.480	(309.798)	(34,37)	3,83
170	Recursos do FMPES	90.550	82.824	(7.726)	(8,53)	0,54
201	Recursos Diretamente Arrecadados	233.900	296.340	62.440	26,70	1,92
210	Acordos - Pepsi-Cola	1.000	7.378	6.378	637,76	0,05
211	Acordos - Recofarma	3.000	13.838	10.838	361,27	0,09
212	Acordos - Visteon	0	58	58	0,00	0,00
213	Acordos - Manaus Refrigerante	0	4	4	0,00	0,00
220	Transf. p/ Invest. em Des. Social - AMBEV	1.000	4.448	3.448	344,83	0,03
230	Recursos do Sist. Único de Saúde - SUS	501.240	581.858	80.618	16,08	3,77
240	Transferências do FNAS	1.000	3.054	2.054	205,39	0,02
250	Transferências do FNDE	125.000	70.594	(54.406)	(43,52)	0,46
261	Fundo Financeiro - RPPS	389.171	579.493	190.322	48,90	3,75
262	Fundo Previdenciário - RPPS	401.800	495.767	93.967	23,39	3,21
271	Operações de Crédito Internas	212.000	313.041	101.041	47,66	2,03
275	Operações de Crédito Externas	372.000	120.832	(251.168)	(67,52)	0,78
280	Convênios	299.630	121.491	(178.139)	(59,45)	0,79
285	Outras Fontes	160.150	98.365	(61.785)	(38,58)	0,64
295	Transferências de Entidades Internacionais	15	24	9	59,30	0,00
296	Doações de Pessoas/Inst. Priv. Nacionais	60	19.165	19.105	31.841,78	0,12
297	Doação p/ Prog. Social de Desenv. Humano	1.000	1.815	815	0,00	0,01
TOTAL		16.054.234	15.440.531	(613.703)	(3,82)	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB.



No relatório de Evolução da Receita, em anexo, demonstramos a arrecadação mensal de 2016, por natureza da receita.

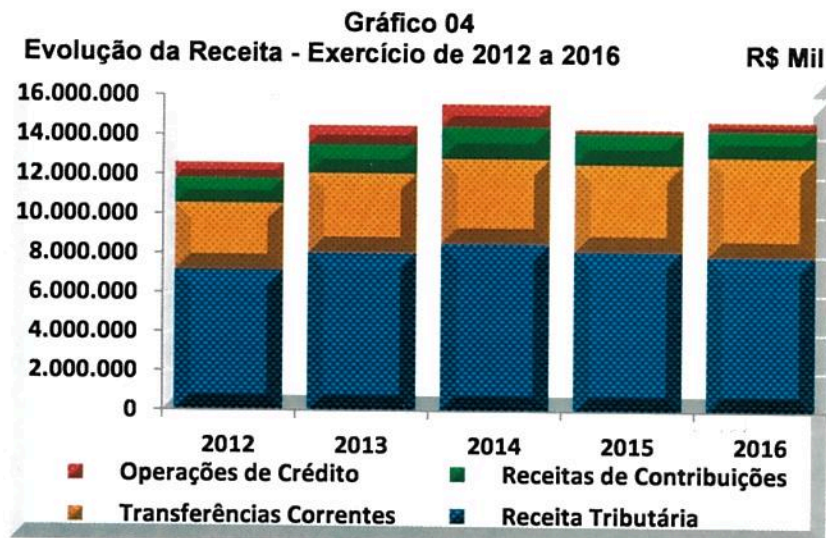
Na tabela 07, apresentamos a evolução das receitas realizadas, no período de 2012 a 2016, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2016 apresentou uma variação nominal positiva de 19,10% ante 2012, e uma variação positiva de 8,34% em relação a 2015, considerando as receitas Intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB. No gráfico 04, apresentamos a evolução das principais receitas.

Tabela 07
Evolução da Receita – 2012 a 2016

CATEGORIA ECONÔMICA /ORIGEM	EXERCÍCIO					VAR. %	
	2012	2013	2014	2015	2016	2016/ 2012	2016/ 2015
RECEITAS CORRENTES	13.077.244	14.170.239	15.096.529	14.952.471	15.858.552	21,27	6,06
Receita Tributária	7.178.538	8.082.887	8.555.229	8.195.048	7.965.906	10,97	(2,80)
Receita de Contribuições	1.267.815	1.445.580	1.610.289	1.561.200	1.321.896	4,27	(15,33)
Receita Patrimonial	247.596	248.103	284.900	289.104	651.139	162,98	125,23
Receita Industrial	4.812	2.159	2.199	2.490	2.380	(50,55)	(4,45)
Receita de Serviços	522.749	154.365	172.348	200.802	147.889	(71,71)	(26,35)
Transferências Correntes	3.399.163	4.018.167	4.319.709	4.424.454	5.057.645	48,79	14,31
Outras Receitas Correntes	456.571	218.978	151.856	279.372	711.698	55,88	154,75
RECEITAS DE CAPITAL	976.750	1.548.083	1.674.796	446.322	615.770	(36,96)	37,97
Operações de Crédito	772.175	962.017	1.130.416	206.513	433.874	(43,81)	110,09
Alienação de Bens	20.103	225	1.715	198	689	(96,57)	248,78
Amortiz. de Empréstimos	374	103	175	103	69	(81,43)	(32,43)
Transferência de Capital	148.221	210.628	317.403	132.166	141.975	(4,21)	7,42
Outras Receitas de Capital	35.877	375.110	225.086	107.343	39.163	9,16	(63,52)
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	285.294	346.096	390.588	443.858	587.470	0,00	32,36
De Contribuições	246.119	295.920	356.511	407.058	549.903	0,00	35,09
Patrimonial	2.166	1.714	1.530	3.616	2.297	0,00	(36,48)
Industrial	8.880	12.794	13.000	9.417	9.505	0,00	0,94
Outras Receitas Correntes	28.130	35.667	19.548	23.766	25.765	0,00	8,41
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.374.859)	(1.531.787)	(1.616.158)	(1.590.690)	(1.621.262)	17,92	1,92
TOTAL	12.964.429	14.532.631	15.545.755	14.251.961	15.440.531	19,10	8,34

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores, não foram deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios.



2.2 Receita Tributária

As receitas tributárias são provenientes de impostos e taxas arrecadadas. Na tabela 08, demonstramos as receitas tributárias que totalizaram R\$ 7,965 bilhões no exercício de 2016, apresentando um déficit nominal de R\$ 229 milhões em relação a 2015 ou 2,80%. Fica evidenciado que a fonte de maior participação no Estado é o ICMS com 88,55% do total (ante 2015) ao mesmo tempo em que apresenta o maior déficit nominal com R\$ 321 milhões.

A Secretaria de Estado da Fazenda vem dando continuidade no desenvolvimento de projetos voltados à modernização da administração tributária bem como no combate à sonegação dentre as principais medidas destacam-se:

- A cobrança e fiscalização, foi implantada a filosofia da auditoria em tempo real. A metodologia implica na execução de ações de fiscalização com primazia para os fatos geradores mais recentes, acionando mecanismos de cobrança do contribuinte no momento em que a infração ocorrer;
- A simplificação de obrigações do contribuinte, a principal ação foi a adesão à Redesim - plataforma que interliga órgãos federais, estaduais (secretarias de fazenda, juntas comerciais, entre outros) e municipais que compartilham as informações cadastrais das empresas. Uma das vantagens que a medida traz é a redução imediata do prazo de abertura de uma empresa, de 10 dias para três dias;



• A Campanha Nota Fiscal Amazonense (NFA), implantada em agosto de 2015 pelo Governo do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda. O objetivo principal do programa é tornar a exigência dos documentos fiscais eletrônicos um hábito por parte dos cidadãos, por meio de estímulo, na forma de premiações, aos consumidores e as entidades sociais credenciadas sem fins lucrativos, permitindo assim incentivar as empresas socialmente responsáveis, pelo destaque como participantes da campanha e pelo combate à concorrência desleal.

Tabela 08
Comparativo da Receita Tributária

FONTE	ARRECADADO		%		R\$ Mil
	2015	2016	PART.	VARIAÇÃO	
IMPOSTOS	8.187.708	7.883.354	98,96	(3,72)	
IR Retido na Fonte	515.969	537.224	6,74	4,12	
ICMS	7.375.601	7.053.999	88,55	(4,36)	
IPVA	287.025	284.052	3,57	(1,04)	
ITCMD	9.113	8.079	0,10	(11,35)	
TAXAS	7.340	82.552	1,04	1.024,75	
TOTAL	8.195.048	7.965.906	100,00	(2,80)	

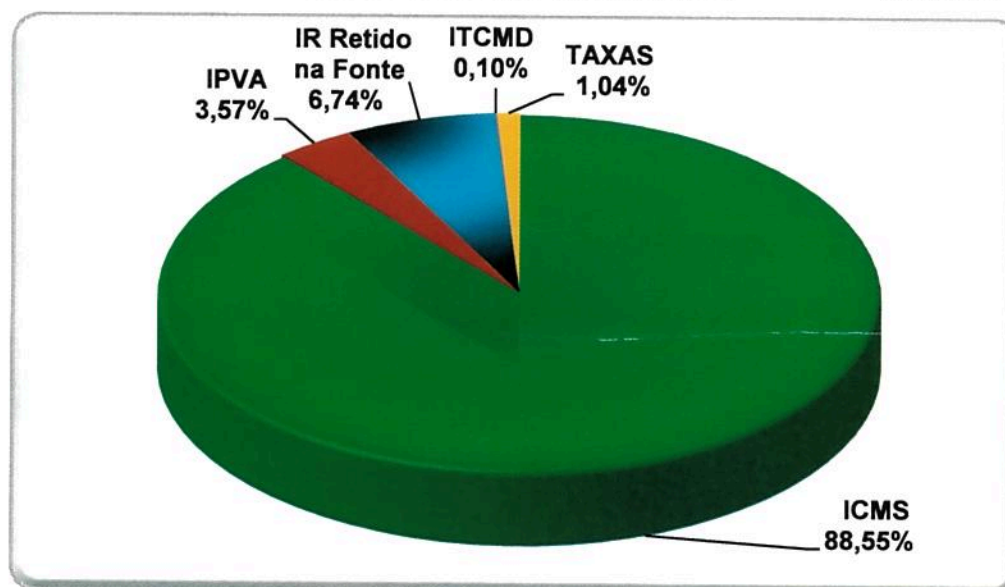
Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota: Valores brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações dos Municípios.

No gráfico a seguir, apresentamos as Receitas Tributárias e suas participações.

Gráfico 05
Demonstrativo da Receita Tributária 2016

Percentual





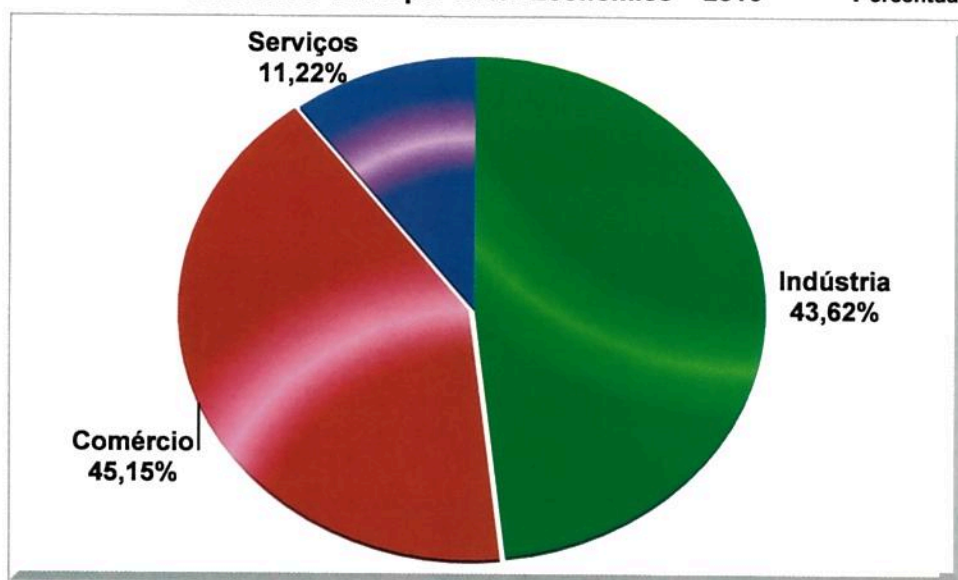
Apresentamos, na tabela 09 e gráfico 06, a arrecadação do ICMS por setor econômico, sendo o setor do Comércio o de maior participação com R\$ 3,185 bilhões ou 45,15% do total, apresentado uma variação nominal negativa ante 2015 de 1,42%, ou R\$ 321 milhões.

Tabela 09
Arrecadação do ICMS por Setor Econômico

SETOR ECONÔMICO	ARRECADADO		PART. %	VAR. %
	2015	2016		
Indústria	3.366.140	3.077.307	43,62	(8,58)
Comércio	3.231.117	3.185.188	45,15	(1,42)
Serviço	778.344	791.504	11,22	1,69
TOTAL	7.375.601	7.053.999	100,00	(4,36)

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Gráfico 06
Receita de ICMS por Setor Econômico – 2016 Percentual



Demonstramos na tabela 10 e gráfico 07 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2012 a 2016, que apresentou uma variação nominal positiva de 10,97% ante 2012 e negativa de 2,80% em relação a 2015.

A arrecadação do ICMS de 2016 apresentou um decréscimo nominal comparado a 2015 de R\$ 321 milhões representando 4,36% e um acréscimo nominal comparado a 2012 de R\$ 435 milhões, representando 6,58%. Este resultado é devido ao baixo desempenho nos setores da indústria e do comércio em consequência da crise econômica no país.



Na arrecadação do IPVA de 2016, o decréscimo nominal comparado a 2015 foi de R\$ 3 milhões, o que evidencia uma variação nominal negativa de 1,04%, e, em relação a 2012, o crescimento nominal foi de R\$ 86 milhões, representando uma variação de 43,80%.

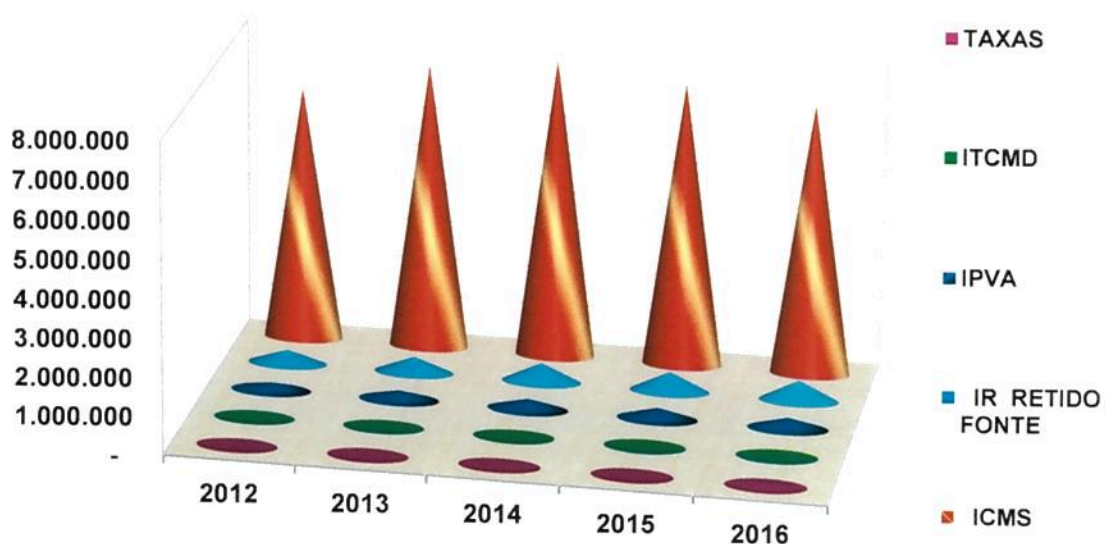
Tabela 10
Evolução da Receita Tributária – 2012 a 2016

FONTE	EXERCÍCIO					PART. %	VAR.%	
	2012	2013	2014	2015	2016		2016/ 2012	2016/ 2015
	IMPOSTOS	7.174.957	8.078.862	8.543.429	8.187.708		7.883.354	98,96
IR RETIDO FONTE	353.481	412.830	498.054	515.969	537.225	6,74	51,98	4,12
ITCMD	5.343	6.761	9.059	9.113	8.079	0,10	51,20	(11,35)
IPVA	197.534	233.518	267.259	287.025	284.052	3,57	43,80	(1,04)
ICMS	6.618.599	7.425.754	7.769.057	7.375.601	7.053.999	88,55	6,58	(4,36)
TAXAS	3.580	4.025	11.800	7.340	82.552	1,04	2.205,63	1.024,75
TOTAL	7.178.538	8.082.887	8.555.229	8.195.048	7.965.906	100,00	10,97	(2,80)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações constitucionais e legais dos Municípios.

Gráfico 07
Evolução da Receita Tributária - Exercício 2012 a 2016



Nos gráficos 08 e 09, apresentamos a evolução das duas principais receitas tributárias de competência do Estado, ICMS e IPVA arrecadadas no período de 2012 a 2016, em valores correntes.



Gráfico 08
Evolução da Receita de ICMS – Exercício 2012 a 2016

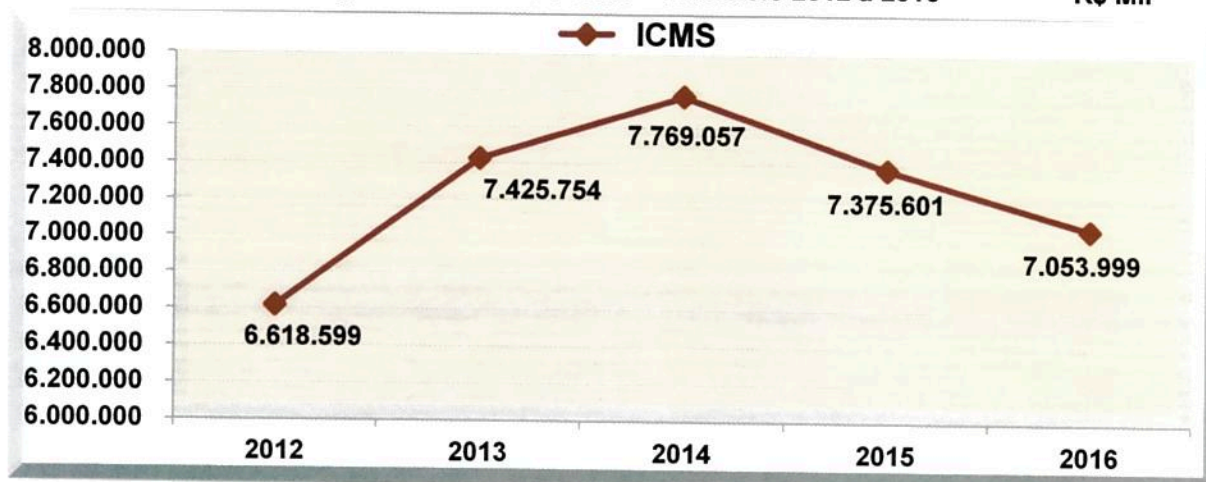
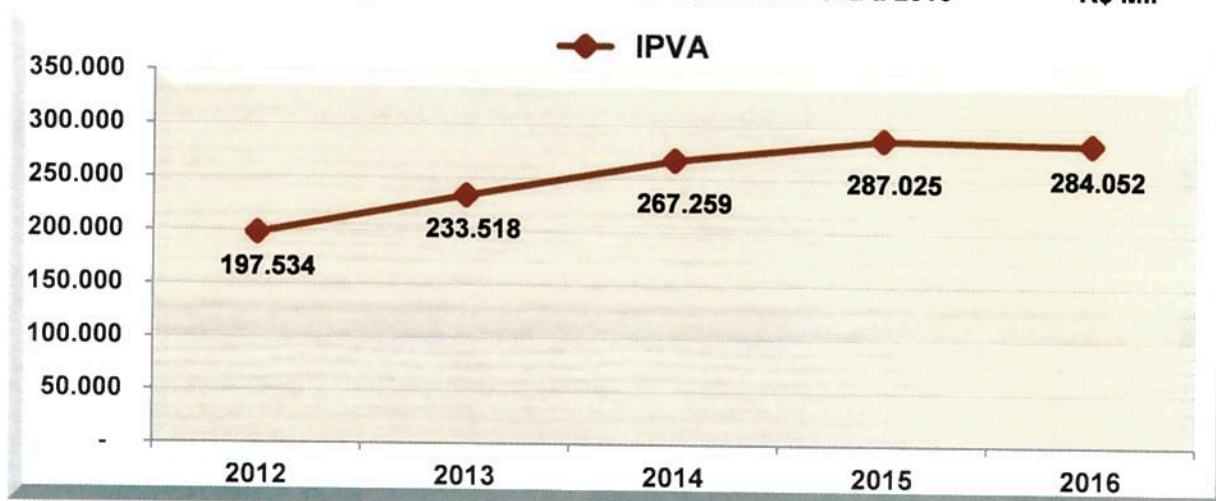


Gráfico 09
Evolução da Receita de IPVA - Exercício 2012 a 2016



2.3 Transferências Correntes

O total arrecadado com Transferências Correntes, no exercício de 2016 foi de R\$ 5.057 bilhões, que, comparando com 2015 houve um aumento nominal de R\$ 633 milhões, ou 14,31%, conforme demonstrado na tabela 11.

As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 71,75%, com uma variação nominal positiva ante 2015 de R\$ 586 milhões ou 19,28%.

A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as Transferências Correntes, com participação de 51,04% do total, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 449 milhões, equivalente a 21,11% ante 2015.



As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB e da complementação, tiveram participação de 27,11% do total das transferências, apresentando uma variação nominal positiva de R\$ 29 milhões, ou seja, 2,23% ante 2015.

Tabela 11
Transferências Correntes

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		R\$ Mil	
	2015	2016	PART.	VAR.
Transferências da União	3.041.983	3.628.375	71,75	19,28
Cota-parte do F.P.E.	2.131.367	2.581.311	51,04	21,11
Cota-parte do II.P.I.	37.744	28.664	0,57	(24,06)
Cota-parte da CIDE	6.963	18.824	0,37	170,34
Transf. Financeiras - L.C. 87/96(Lei Kandir)	14.740	14.740	0,29	0,00
Cota-parte Fundo Especial Petróleo – FEP	207.135	258.293	5,11	24,70
Transferências de Recursos do SUS	514.630	550.430	10,88	6,96
Transferências de Recursos do FNDE	96.614	97.647	1,93	1,07
Transferências de Recursos do FNAS	2.736	2.661	0,05	(2,74)
Outras Transferências da União	30.053	75.805	1,50	152,24
Transferências Multigovernamentais	1.341.300	1.371.270	27,11	2,23
Transferências de Instituições Privadas	24.154	44.188	0,87	82,94
Transferências do Exterior	10	8	0,00	(14,63)
Transferências de Pessoas	16	28	0,00	73,16
Transferências de Convênios da União	16.216	13.668	0,27	(15,72)
Transferências de Convênios dos Municípios	35	3	0,00	0,00
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	739	106	0,00	(85,66)
TOTAL	4.424.454	5.057.645	100,00	14,31

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

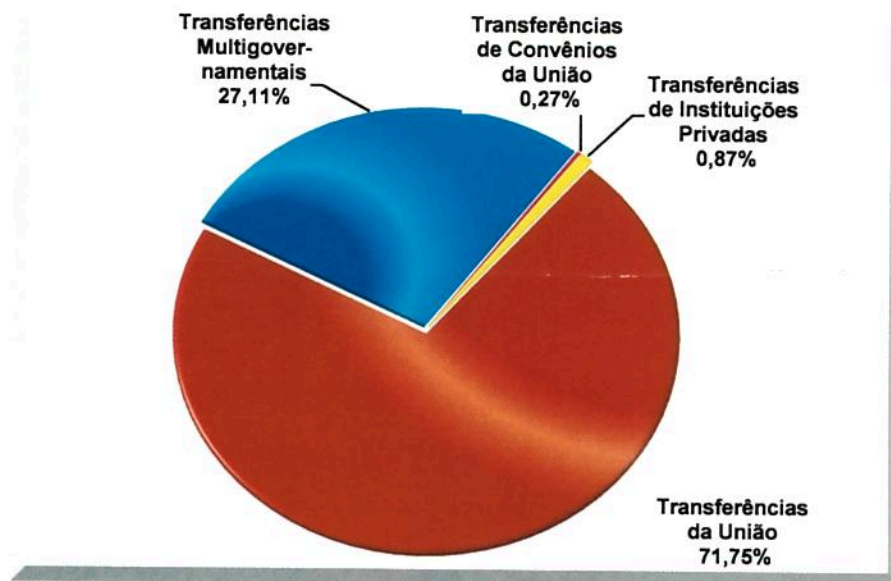
Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

No gráfico 10, apresentamos as principais participações de transferências correntes, destacando-se as Transferências da União com maior percentual de participação.



Gráfico 10
Transferências Correntes

Percentual



Na tabela 12, demonstramos as Transferências de Convênios da União e suas Entidades no exercício de 2016, que representam os recursos recebidos para execução de convênios pelo Estado, totalizaram R\$ 13 milhões já acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras. As maiores participações foram da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, com R\$ 4 milhões ou 35,68%, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM, com R\$ 2 milhões ou 19,17% e a Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA, com R\$ 2 milhões ou 15,19%, que correspondem a 70,04% do total.

A Fundação de Medicina Tropical – FMT recebeu transferências de convênios de Instituições Privadas, no valor de R\$ 106 mil e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM recebeu transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades, no valor de R\$ 3 mil.

Tabela 12
Transferências de Convênios da União e suas Entidades

ÓRGÃO	R\$ Mil	
	VALOR	PART. %
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	4.877	35,68
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	2.620	19,17
Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	2.076	15,19
Procuradoria Geral de Justiça - PGE	661	4,83
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	424	3,10
Secretaria de Estado De Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC	775	5,67
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	228	1,67
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	355	2,60
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	259	1,90
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	345	2,53
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA	130	0,95
Secretaria de Est. de Planej. Desenv. Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANCTI	410	3,00
Fundação de Medicina Tropical "Doutor Heitor Vieira Dourado" - FMT/AM	131	0,96
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	82	0,60
Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia "Alfredo da Mata" - FUAM	111	0,81
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM	27	0,20
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	48	0,35
Fundo Estadual de Saúde - FES	11	0,08
Fundação Estadual do Índio - FEI	98	0,72
TOTAL	13.668	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2.4 Receitas de Capital

Na tabela 13 apresentamos as Receitas de Capital arrecadadas no Estado, que totalizaram em R\$ 615 milhões, apresentando uma variação nominal positiva de R\$ 169 milhões ou 37,97% em relação a 2015.

No exercício de 2016, as Receitas de Operações de Créditos, ou seja, recursos a título oneroso, recebido para os investimentos que o Estado vem implementando, totalizaram R\$ 433 milhões, com participação de 70,46% do total das receitas de capital.

As receitas de Alienação de Bens são compostas de vendas de ativo permanentes, bens móveis e imóveis inservíveis ou desnecessários para o Estado e totalizaram R\$ 689 mil, com participação 0,11% do total das receitas de capital.

As receitas de Amortização de Empréstimos são provenientes de recebimentos de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos, totalizaram R\$ 69 mil, com participação 0,01% do total das receitas de capital.

As receitas de Transferências de Capital são constituídas de transferências Intergovernamentais, dos convênios recebidos da União e suas entidades, das Instituições Privadas nacionais e internacionais, totalizaram R\$ 141 milhões, com participação de 23,06% do total das receitas de capital.

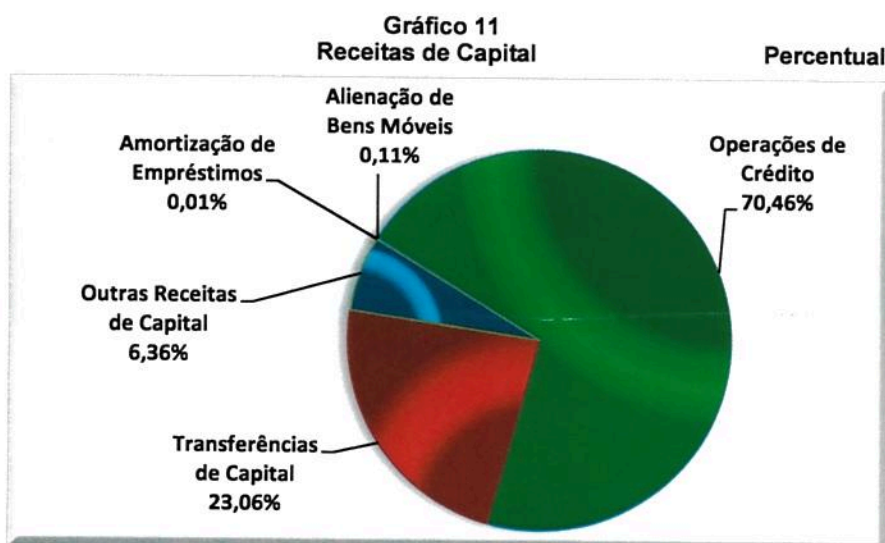
As Outras Receitas de Capital totalizaram R\$ 39 milhões, referem-se à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRAS em terras do Estado do Amazonas, as parcelas recebidas dos títulos CVS do Fundo Previdenciário da Fundação AMAZONPREV e as restituições de operações de crédito para o Tesouro e para outras fontes.

Tabela 13
Receitas de Capital

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		R\$ Mil	
			%	
	2015	2016	PART.	VAR.
Operações de Crédito	206.513	433.874	70,46	110,09
Alienação de Bens Móveis	198	689	0,11	248,78
Amortização de Empréstimos	103	69	0,01	(32,43)
Transferências de Capital	132.166	141.975	23,06	7,42
Outras Receitas de Capital	107.343	39.163	6,36	(63,52)
TOTAL	446.322	615.770	100,00	37,97

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 11, apresentamos as Receitas de Capital e seus percentuais de participação.





2.4.1 Operações de Créditos

Na tabela 14 a seguir, demonstramos as operações de créditos recebidas pelo Estado em 2016, que totalizaram R\$ 433 milhões. As operações internas somaram R\$ 313 milhões e foram contratadas através da Caixa Econômica Federal – CEF e Banco do Brasil – BB. As operações externas somaram R\$ 120 milhões, sendo contratadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

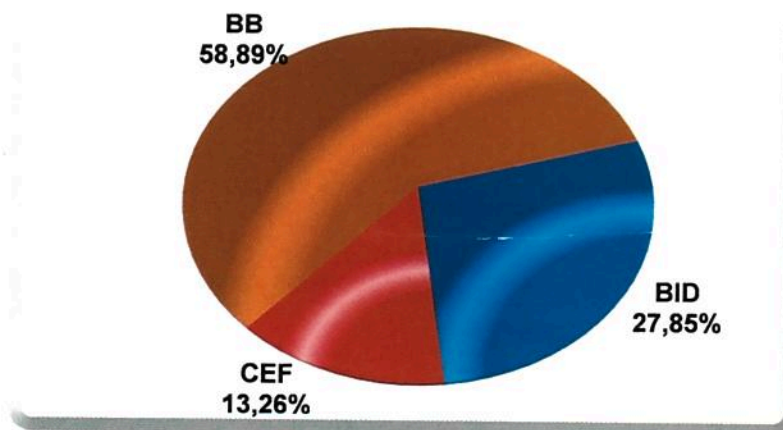
Tabela 14
Demonstrativo de Operações de Créditos

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CREDOR	R\$ Mil	
		VALOR	PART. %
INTERNA		313.041	72,15
Projeto Avenida das Torres com AM 010	CEF	8.820	2,03
Pró Moradia I e II	CEF	76	0,02
Projeto das Ações do Entorno Ligação Manaus-Manacapuru – Dup.AM-070	CEF	48.649	11,21
PROINFRA	BB	105.496	24,31
Projeto Executivo de Eng. para Ramais nos Municípios - PROSIP	BB	150.000	34,57
EXTERNA		120.833	27,85
Programa de Aceleração do Desenv. da Educação do AM - PADEAM	BID	69.340	15,98
PROSAMIM III	BID	51.493	11,87
TOTAL		433.874	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 12, apresentamos as operações de crédito recebidas por credor sendo R\$255,49 milhões ou 58,89% do Banco do Brasil – BB, R\$ 120,83 milhões ou 27,85% do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, R\$ 57,54 milhões ou 13,26% da Caixa Econômica Federal – CEF.

Gráfico 12
Operações de Créditos por Agente Financeiro Percentual





2.4.2 Transferências de Capital

Na tabela 15, demonstramos os convênios da União e suas entidades, recebidos em 2016, por cada órgão da administração estadual já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, que totalizaram R\$ 107 milhões. Destacamos as participações da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, que recebeu R\$ 71 milhões ou 66,32% e a Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHEMOAM com R\$ 13 milhões ou 12,84%, os quais correspondem a 79,16% do total repassado pela União.

Tabela 15
Transferências de Capital (Convênios da União e sua Entidades)

ÓRGÃO	VALOR	R\$ Mil PART.%
Secretaria de Estado de Infra Estrutura - SEINFRA	71.300	66,32
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM	13.801	12,84
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	4.750	4,42
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SDS	4.569	4,25
Secretaria De Estado De Administração Penitenciária - SEAP	4.350	4,05
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	1.971	1,83
Fundo Estadual de Saúde - FES	1.970	1,83
Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL	1.140	1,06
Instituto de Desenv. Agropecuário e Florestal Sust. do Estado do Amazonas	1.129	1,05
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	826	0,77
Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	797	0,74
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	321	0,30
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	267	0,25
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos E Cidadania - SEJUS	126	0,12
Fundação Estadual do Índio	96	0,09
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	90	0,08
TOTAL	107.503	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

A Fundação de Medicina Tropical "DOUTOR HEITOR VIEIRA DOURADO" – FMT recebeu R\$ 94 mil de Transferências de Convênios de Instituições Privadas e o Fundo Estadual de Saúde – FES recebeu R\$ 13 mil de Transferência de Convênio do Exterior.

2.5 Renúncia Fiscal

Na tabela 16, demonstramos a Renúncia Fiscal, no exercício de 2016, que totalizou R\$ 6,286 bilhões, destacamos a Lei nº 2.826 de 2003, com R\$ 5,794 bilhões e participação de 92,16% do total das renúncias.



Este modelo de sucesso instituído pela ZFM representa, em termos de recursos fiscais, 47,12% em relação à arrecadação total do ICMS que corresponde ao valor arrecadado no exercício de 2016 de R\$ 7,053 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 6,286 bilhões, totalizando R\$ 13,340 bilhões. Isso significa que para cada R\$ 1,00 da arrecadação total de ICMS, tem-se uma renúncia de R\$ 0,47.

Tabela 16
Demonstrativo da Renúncia Fiscal

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	R\$ Mil PART. %
Lei nº 2826 de 2003	5.794.095	92,16
Lei nº 3.430 de 2009	14.431	0,23
Lei nº 3.830 de 2012	18.745	0,30
LC 19 de 1997	13.933	0,22
Lei Promulgada nº 203 de 2014	28	0,00
Decreto nº 20.686 de 1999	175.205	2,79
Decreto nº 27.500 de 2008	40.117	0,64
Decreto nº 30.918 de 2011	131.755	2,10
Decreto nº 36.306 de 2015	98.453	1,57
TOTAL	6.286.762	100,00

Fonte : Secretaria Executiva da Receita

3 GESTÃO DA DESPESA

3.1 Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária, também denominada Despesa Pública, representa o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para os investimentos e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Compreende o valor da despesa fixada, conforme determinado na LOA e as alterações ocorridas no exercício. Na tabela 17, apresentamos as despesas por categoria econômica e grupo.

A despesa autorizada final ficou em R\$ 17,774 bilhões, alterada em R\$ 1,720 Bilhão em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 10,71% do total fixado inicialmente.



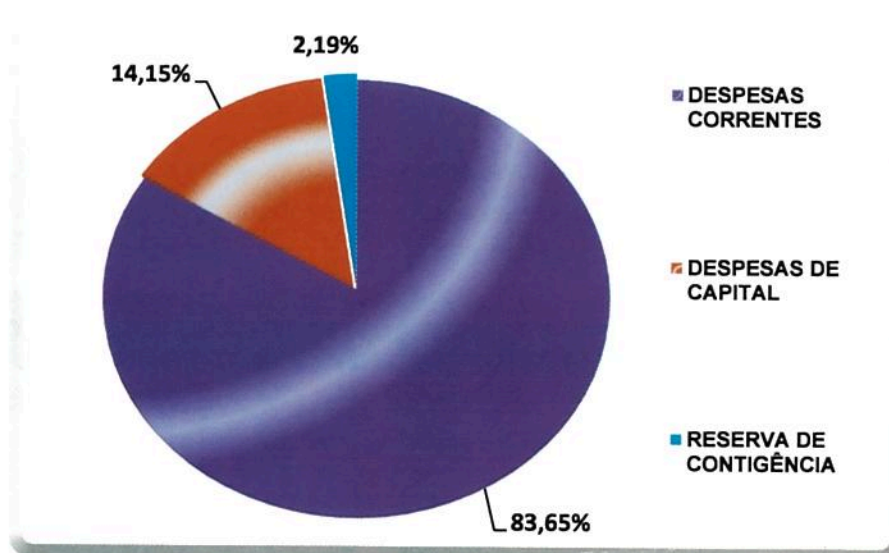
Tabela 17
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica

CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	R\$ Mil
				Part %
DESPESAS CORRENTES	13.416.494	1.452.390	14.868.884	83,65
Pessoal e Encargos Sociais	6.485.421	446.939	6.932.360	39,00
d/q modalidade 91	359.587	219.801	579.388	3,26
Juros e Encargos da Dívida	410.942	37.526	448.468	2,52
Outras Despesas Correntes	6.520.131	967.925	7.488.056	42,13
d/q modalidade 91	41.905	-2.574	39.331	0,22
DESPESAS DE CAPITAL	1.994.098	521.724	2.515.822	14,15
Investimentos	1.555.164	273.292	1.828.456	10,30
Inversões Financeiras	10	103.967	103.977	0,58
Amortizações da Dívida	438.924	144.465	583.389	3,28
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	643.642	(253.993)	389.649	2,19
d/q Reserva da Previdência	393.703	(4.404)	389.299	2,19
TOTAL	16.054.234	1.720.121	17.774.355	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Demonstramos, no gráfico 13, o percentual de participação, por Categoria Econômica na Despesa Autorizada Final do Estado.

Gráfico13
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica Percentual



Na tabela 18, demonstramos a despesa autorizada final por função, com as alterações ocorridas no exercício e percentual de participação de cada uma, destacando-se as



funções que tiveram maiores alterações orçamentárias, Saúde com R\$ 696 milhões, Previdência Social com R\$ 345 milhões, Encargos Especiais com R\$ 237 milhões e Direitos da Cidadania com R\$ 233 milhões.

Tabela 18
Despesa Autorizada Final por Função

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil			
		DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	476.635	(2.869)	473.766	2,67
2	Judiciária	601.559	47.629	649.188	3,65
3	Essencial à Justiça	282.751	14.525	297.276	1,67
4	Administração	686.742	71.822	758.563	4,27
6	Segurança Pública	1.587.738	28.689	1.616.427	9,09
8	Assistência Social	113.613	(14.648)	98.965	0,56
9	Previdência Social	1.292.489	345.449	1.637.938	9,22
10	Saúde	2.196.647	696.034	2.892.681	16,27
11	Trabalho	13.591	962	14.553	0,08
12	Educação	2.902.366	5.767	2.908.133	16,36
13	Cultura	125.640	(23.653)	101.987	0,57
14	Direitos da Cidadania	368.978	233.021	601.999	3,39
15	Urbanismo	506.512	197.400	703.912	3,96
16	Habitação	55.658	284	55.942	0,31
17	Saneamento	222.683	10.409	233.092	1,31
18	Gestão Ambiental	59.086	13.918	73.004	0,41
19	Ciência e Tecnologia	107.502	(21.388)	86.114	0,48
20	Agricultura	114.234	44.132	158.366	0,89
21	Organização Agrária	18.261	28.026	46.287	0,26
23	Comércio e Serviços	39.166	503	39.669	0,22
24	Comunicações	81.375	11.051	92.426	0,52
26	Transporte	173.950	45.438	219.388	1,23
27	Desporto e Lazer	39.012	4.630	43.642	0,25
28	Encargos Especiais	3.344.404	236.982	3.581.386	20,15
99	Reserva de Contingência	643.642	(253.993)	389.649	2,19
TOTAL GERAL		16.054.234	1.720.121	17.774.355	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

As maiores participações ficaram com as funções Encargos Especiais 20,15%, Educação 16,36%, Saúde 16,27%, Previdência Social 9,22% e Segurança Pública com 9,09% correspondendo a 71,09% do total autorizado, demonstrando claramente que o Estado



prioriza estas funções nas despesas e investimentos no Governo, sendo os Encargos Especiais responsável pelas transferências constitucionais e legais aos Municípios e pagamento do serviço da dívida, basicamente.

3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2016 totalizou R\$ 14,99 bilhões que, comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de R\$ 2,77 bilhões, representando 15,62% do total da despesa, conforme demonstrado na tabela 19.

Destacam-se os grupos Pessoal e Encargos Sociais com R\$ 6,630 bilhões, sendo R\$ 5,646 bilhões de despesas com pessoal do Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública e R\$ 984 milhões dos demais Poderes e Ministério Público. O grupo de Outras Despesas Correntes com R\$ 6,687 bilhões faz frente à manutenção e funcionamento da máquina administrativa Estadual.

Tabela 19
Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %	PART. %
DESPESAS CORRENTES	14.868.884	13.661.675	8,12	91,09
Pessoal e Encargos Sociais	6.932.360	6.629.781	4,36	44,21
d/q modalidade 91	579.388	550.490	4,99	3,67
Juros e Encargos da Dívida	448.468	344.510	23,18	2,29
Outras Despesas Correntes	7.488.056	6.687.383	10,69	44,59
d/q modalidade 91	39.331	38.271	2,69	0,26
DESPESAS DE CAPITAL	2.515.822	1.335.585	46,91	8,91
Investimentos	1.828.456	829.596	54,63	5,53
Inversões Financeiras	103.977	103.910	0,06	0,69
Amortização da Dívida	583.389	402.079	31,08	2,69
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	389.649	0	0,00	0,00
d/q Reserva da Previdência	389.299	0	0,00	0,00
TOTAL	17.774.355	14.997.260	15,62	100,00

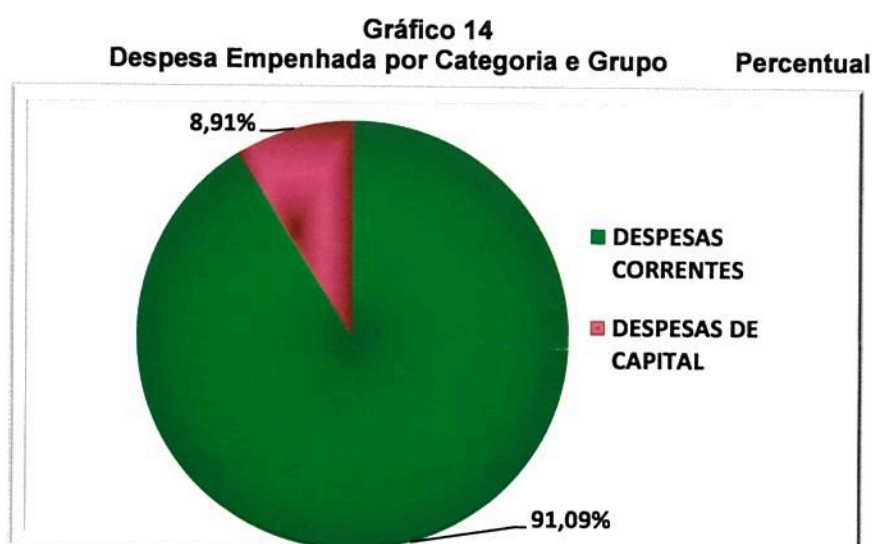
Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Destacamos ainda as despesas empenhadas na modalidade 91, na ordem de R\$ 589 milhões, sendo evidenciado na rubrica Pessoal e Encargos com R\$ 550 milhões e Outras

Despesas Correntes com R\$ 38 milhões, modalidade criada para evidenciar as despesas entre órgãos da mesma esfera de governo, resultando em uma receita intraorçamentária no órgão recebedor.

As Despesas de Capital foram na ordem de R\$ 1,335 bilhão, sendo a maior participação o grupo de investimento com R\$ 830 milhões, das quais R\$ 11 milhões são ressarcimento de operações de créditos, referentes as despesas efetuadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes.

No gráfico 14, evidenciou-se a despesa por categoria econômica, com participação em relação à despesa total.



A tabela 20 e gráfico 15 apresentam as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2012 com 2016, houve um acréscimo nominal de R\$ 2,838 bilhões ou 23,34% e 2016 ante 2015 houve um acréscimo nominal de R\$ 520 milhões ou 3,59%. Em resposta à crise econômica, o Estado do Amazonas reorganizou a estrutura do poder executivo com reformas administrativas, reavaliou e, conseqüentemente, reduziu os contratos administrativos, aperfeiçoou e criou novos controles via sistema com objetivo de reduzir o gasto e melhorar na gestão pública sem perder a qualidade dos serviços prestados à sociedade.



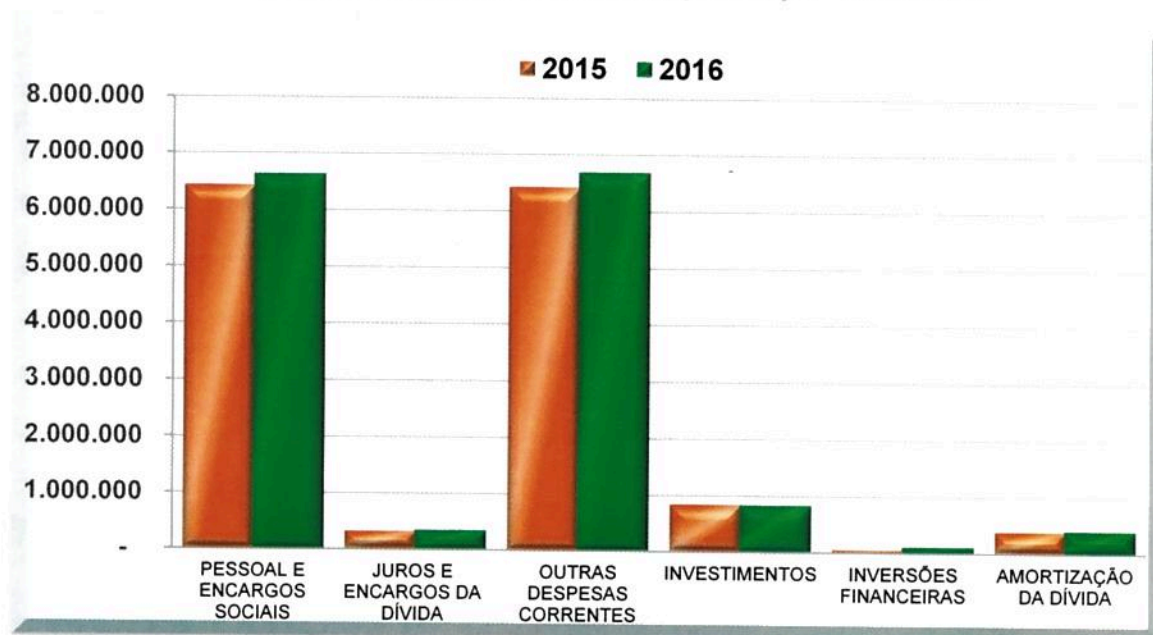
No grupo das despesas com Inversões Financeiras, que totalizaram R\$ 103,91 milhões, houve uma variação positiva de 250,51% de 2016 ante 2012 e variação positiva de 100,67% ante 2015, este acréscimo foi devido, principalmente, pelo relevante aporte de recursos para o Fundo Garantidor de PPP.

Tabela 20
Evolução da Despesa Empenhada por Categoria Econômica

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	VAR. %	
						2016/ 2012	2016/ 2015
DESPESAS CORRENTES	10.297.953	11.710.026	13.003.760	13.191.277	13.661.675	32,66	3,57
Pessoal e Encargos Sociais	5.206.044	5.334.633	6.005.699	6.436.012	6.629.781	27,35	3,01
d/q modalidade 91	260.459	295.752	347.676	431.768	550.490	111,35	27,50
Juros e Encargos da Dívida	181.217	194.420	257.205	326.649	344.510	90,11	5,47
Outras Despesas Correntes	4.910.692	6.180.973	6.740.856	6.428.616	6.687.383	36,18	4,03
d/q modalidade 91	42.996	49.182	37.188	33.222	38.271	(10,99)	15,20
DESPESAS DE CAPITAL	1.861.306	2.859.500	2.561.534	1.286.216	1.335.585	(28,24)	3,84
Investimentos	1.490.750	2.406.378	2.214.697	845.144	829.596	(44,35)	(1,84)
Inversões Financeiras	29.645	82.944	15.747	51.783	103.910	250,51	100,67
Amortização da Dívida	340.911	370.178	331.090	389.289	402.079	17,94	3,29
TOTAL	12.159.259	14.569.526	15.565.294	14.477.492	14.997.260	23,34	3,59

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 15
Comparativo da Despesa Empenhada por Grupo – 2015 e 2016





Demonstramos, na tabela 21 e gráfico 16, os investimentos do governo por grupo de fonte de recurso, totalizando R\$ 830 milhões, sendo R\$ 248 milhões com fontes de Operações de Crédito, R\$ 302 milhões com fontes de Transferências Federais e R\$ 280 milhões com fontes do estado, já incluído os investimentos empenhados por conta do superávit financeiro de 2015.

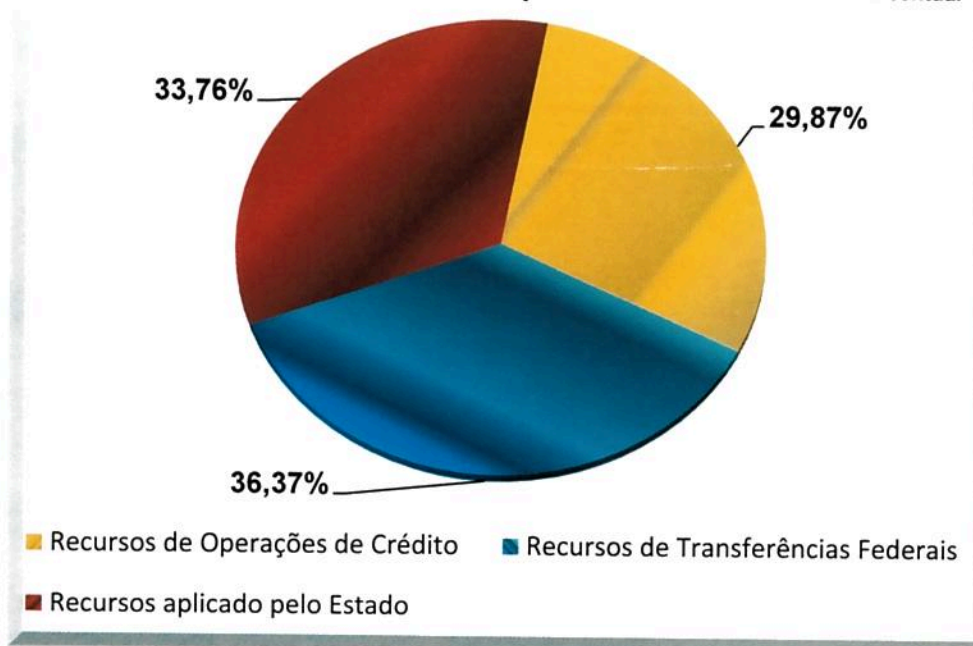
Tabela 21
Despesa Empenhada em Investimentos por Fonte

INVESTIMENTO	EMPENHADO	R\$ Mil PART. %
Recursos de Operações de Crédito	247.821	29,87
Recursos de Transferências Federais	301.727	36,37
Recursos aplicados pelo Estado	280.048	33,76
TOTAL	829.596	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 16
Investimentos por Fonte

Percentual



Demonstramos, na tabela 22, a execução orçamentária das Operações de Créditos, sendo R\$ 133 milhões de operações internas, com participação de 53,85% e R\$ 114 milhões ou 46,15% de operações externas, já incluídos os superávits financeiros apurados no balanço de 2015.



Tabela 22
Execução das Operações de Crédito

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	CREDOR	R\$ Mil	
		EMPENHADO	% Part
INTERNA		133.443	53,85
Projeto das Ações do Entorno Ligação Manaus-Manacapuru – Dup. Via AM-070	CEF	21.233	8,57
Pró Moradia	CEF	76	0,03
PROINFRA	BB	92.161	37,19
Projeto Avenida das Torres com AM 010	CEF	8.820	3,56
Proj. Exec. de Eng. para ramais nos munic. Est. do Amazonas-PROSIP	CEF	11.153	4,50
EXTERNA		114.378	46,15
PROSAMIM III	BID	59.020	23,82
Programa Sócio ambiental dos Igarapés de Manaus - CAF	CAF	12.662	5,11
Programa de Saneamento Integrado de Maués - PROSAIMAUÉS	BID	548	0,22
PROCONFIS - BID	BID	27.000	10,89
Prog. de Aceleração do Desenv. da Educ. do Amazonas - PADEAM	BID	15.148	6,11
TOTAL		247.821	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

As funções demonstram a área de atuação do governo, na tabela 23 e gráfico 17 apresentamos as despesas empenhadas por função, comparando 2016 em relação à 2015, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas.

Em termos de maior aplicação, destacamos as funções Encargos Especiais com R\$ 2,908 bilhões ou 19,39%, Saúde com R\$ 2,805 bilhões ou 18,71%, Educação com R\$ 2,460 bilhões ou 16,41% e Segurança Pública com R\$ 1,568 bilhão ou 10,45% do total, evidenciando assim as prioridades do governo estadual, cumprindo as transferências constitucionais e legais aos municípios, o pagamento das dívidas fundadas e precatórios, e, com especial atenção nas áreas da saúde, educação e segurança pública, as quais correspondem a 45,56% do total empenhado no exercício.

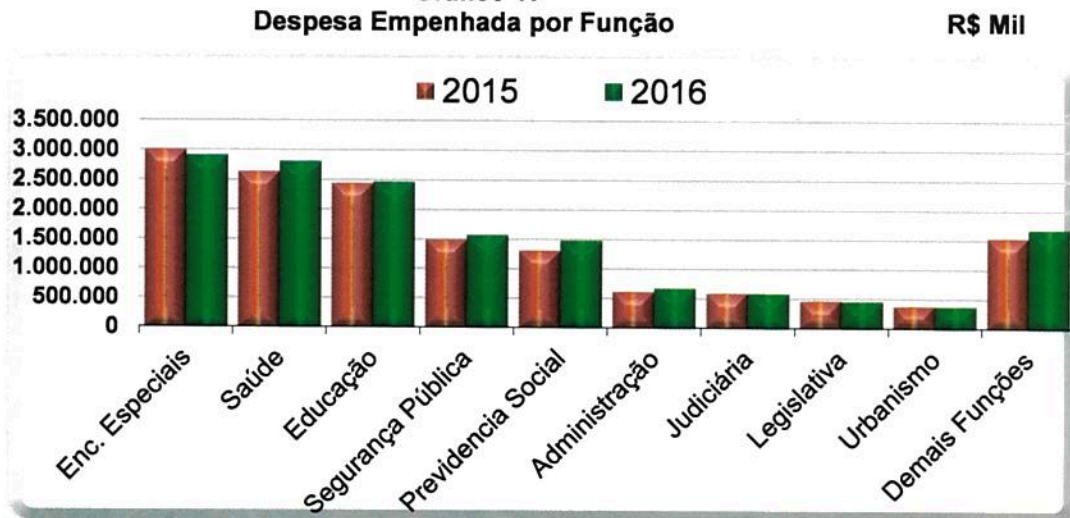


Tabela 23
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

		R\$ Mil				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2015	PART. %	2016	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	468.096	3,23	456.060	3,04	(2,57)
2	Judiciária	587.968	4,06	586.554	3,91	(0,24)
3	Essencial à Justiça	280.481	1,94	273.828	1,83	(2,37)
4	Administração	613.897	4,24	672.080	4,48	9,48
6	Segurança Pública	1.491.252	10,30	1.567.596	10,45	5,12
8	Assistência Social	106.587	0,74	92.164	0,61	(13,53)
9	Previdência Social	1.309.310	9,04	1.476.811	9,85	12,79
10	Saúde	2.637.242	18,22	2.805.337	18,71	6,37
11	Trabalho	14.363	0,10	7.372	0,05	(48,68)
12	Educação	2.445.619	16,89	2.460.326	16,41	0,60
13	Cultura	113.830	0,79	96.790	0,65	(14,97)
14	Direitos da Cidadania	387.889	2,68	561.265	3,74	44,70
15	Urbanismo	378.676	2,62	377.113	2,51	(0,41)
16	Habituação	28.329	0,20	26.656	0,18	(5,91)
17	Saneamento	75.860	0,52	106.386	0,71	40,24
18	Gestão Ambiental	40.474	0,28	43.330	0,29	7,06
19	Ciência e Tecnologia	79.162	0,55	59.967	0,40	(24,25)
20	Agricultura	137.768	0,95	136.845	0,91	(0,67)
21	Organização Agrária	13.891	0,10	40.021	0,27	188,10
23	Comércio e Serviços	37.448	0,26	32.327	0,22	(13,68)
24	Comunicações	71.188	0,49	83.964	0,56	17,95
26	Transporte	104.725	0,72	87.347	0,58	(16,59)
27	Desporto e Lazer	49.676	0,34	38.546	0,26	(22,41)
28	Encargos Especiais	3.003.760	20,75	2.908.574	19,39	(3,17)
TOTAL		14.477.492	100,00	14.997.260	100,00	3,59

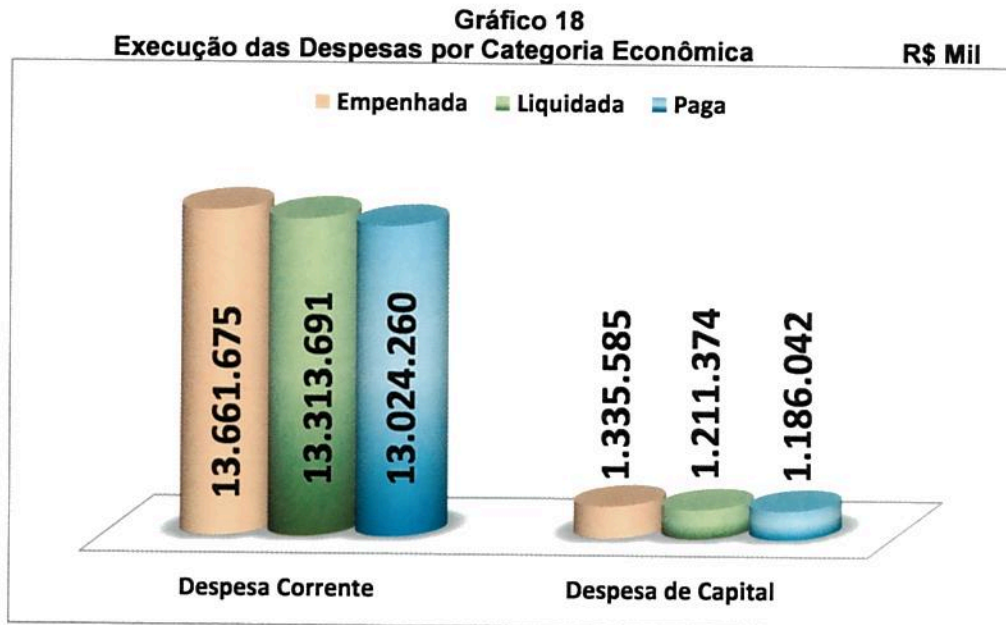
Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 17
Despesa Empenhada por Função





No gráfico 18, apresentamos as despesas empenhadas, liquidadas e pagas por categoria econômica, em relação ao total dos compromissos assumidos pelo Governo com o empenhamento das despesas, 94,75% foram efetivamente pagos dentro do exercício financeiro.



3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios, contabilizadas pelo Estado do Amazonas no exercício de 2016, foi de R\$ 1,959 bilhão que, comparado com o exercício de 2015, houve um decréscimo de R\$ 100,16 milhões, com variação nominal negativa de 4,86%, este resultado é consequência da frustração da receita do estado face ao cenário de crise econômica, conforme demonstrado na tabela 24 e no gráfico 19.

Evidenciamos a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com 90,66%.

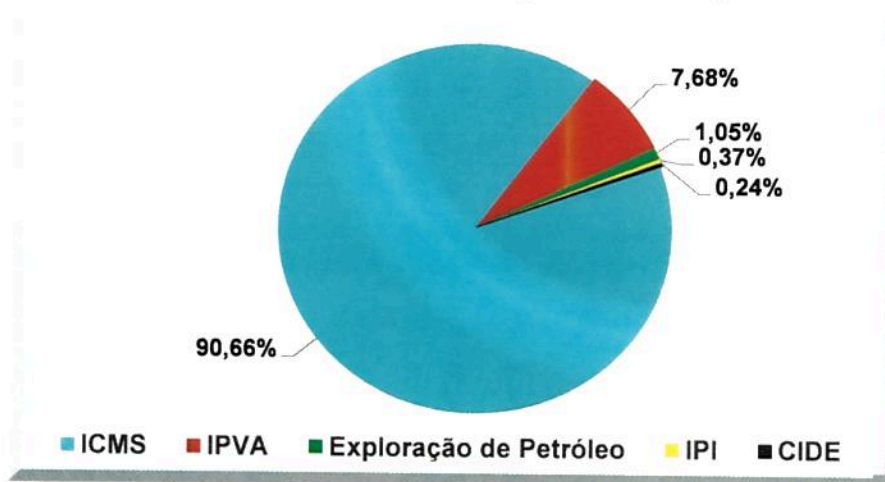


Tabela 24
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

FONTE			R\$ Mil	
	2015	2016	PART. %	VAR. %
ICMS	1.872.807	1.776.767	90,66	(5,13)
IPVA	151.520	150.396	7,68	(0,74)
Exploração de Petróleo	24.243	20.553	1,05	(15,22)
IPI	9.436	7.166	0,37	(24,06)
CIDE	1.741	4.706	0,24	170,34
TOTAL	2.059.747	1.959.588	100,00	(4,86)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 19
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios Percentual



3.4 Repasse aos Poderes

No exercício de 2016, foi repassado aos Poderes, incluindo a Defensoria Pública, o total de R\$ 1,161 bilhão que, comparado com o exercício de 2015, apresentou uma variação nominal negativa de R\$ 65 milhões, conforme demonstramos na tabela 25 e gráfico 20.

Tabela 25
Repasse aos Poderes

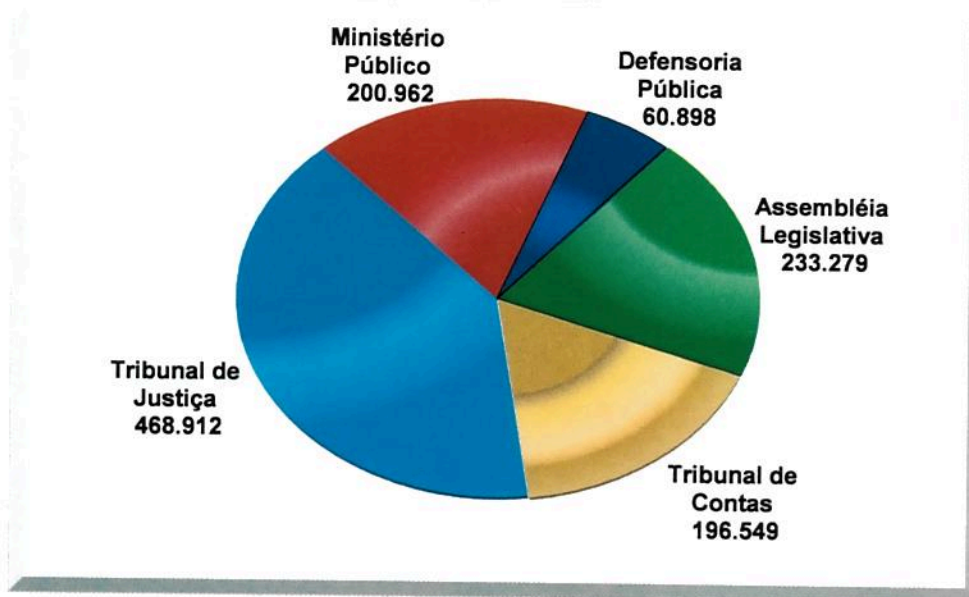
ORGÃO	R\$ Mil	
	2015	2016
Assembleia Legislativa - ALE	228.553	233.279
Tribunal de Contas - TCE	199.956	196.549
Tribunal de Justiça - TJ	515.550	468.912
Ministério Público - MP	218.887	200.962
Defensoria Pública - DP	62.705	60.898
TOTAL	1.225.650	1.160.600

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 20
Repasse aos Poderes por Órgão

R\$ Mil



4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei Orçamentária Anual – LOA - Lei n.º. 4.269, de 15 de dezembro de 2015, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Os balanços Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais foram apresentados pela metodologia de consolidação, ou seja, excluindo a dupla contagem das transações ou saldos entre unidade gestoras, conforme o Manual De Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte V.

Neste exercício, efetuamos as análises nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração de Fluxo de Caixa considerando dois exercícios, 2015 e 2016 para atender as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário do exercício apurado.

O Estado do Amazonas apresentou um superávit orçamentário de R\$ 443 milhões em 2016, no entanto, analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2015, se desconsiderar as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 437 milhões, conforme demonstrada por fonte de recurso no quadro 01, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta daquele superávit financeiro, temos um superávit orçamentário, no exercício, de R\$ 880 milhões, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 26.

Tabela 26
Comparativo do Balanço Orçamentário

FONTE	2016	2015	R\$ Mil VAR %
Receita - Previsão Atualizada (I)	17.240.044	15.630.018	10,30
Receita Realizada (II)	15.440.531	14.251.961	8,34
Déficit de Arrecadação (III) = (II-I)	(1.799.513)	(1.378.057)	30,58
Despesa – Dotação Atualizada (IV)	17.774.355	16.432.703	8,16
Despesa Empenhada (V)	14.997.260	14.477.492	3,59
Economia Orçamentária (VI) = (IV-V)	2.777.095	1.955.211	42,04
Superávit / Déficit Orçamentário (VII) = (II-V)	443.271	(225.532)	296,54
Despesa pelo Superávit Financeiro (VIII)	436.996	567.537	(23,00)
Superávit Orçamentário (IX) = (VII + VIII)	880.267	342.005	157,38

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Na tabela 27, demonstramos o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que apresenta, também, um superávit orçamentário em 2016 de R\$ 443 milhões, novamente, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com base no superávit financeiro de 2015, as quais não têm a receita correspondente no exercício de 2016, temos um superávit orçamentário de R\$ 880 milhões.



Tabela 27
Resultado da Execução Orçamentária

	R\$ Mil		
FONTE	2016	2015	VAR. %
Receitas Correntes (I)	14.824.761	13.805.638	7,38
Despesas Correntes (II)	13.661.675	13.191.277	3,57
Resultado do Orçamento Corrente (III) = (I-II)	1.163.086	614.361	89,32
Receitas de Capital (IV)	615.770	446.322	37,97
Despesas de Capital (V)	1.335.585	1.286.216	3,84
Resultado do Orçamento de Capital (VI) = (IV-V)	(719.815)	(839.893)	14,30
SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (VII) = (III+VI)	443.271	(225.532)	296,54
Despesa pelo Superávit Financeiro (VIII)	436.996	567.537	(23,00)
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (IX) = (VII+VIII)	880.267	342.005	157,38

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Atendendo as orientações do Manual de Contabilidade – STN e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBC T 16.6, foram adicionados ao Balanço Orçamentário dois anexos, sendo o primeiro Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados com saldo de R\$ 4 milhões e o segundo Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não processados Liquidados, com saldo de R\$ 43 milhões.

Considera-se Restos a Pagar Não Processados Liquidados aqueles inscritos no exercício como Restos a Pagar Não Processados e no exercício seguinte liquidados, mas não pagos até 31 de dezembro.

4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o Art. 103 da Lei nº 4.320/64 e a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, o Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O resultado financeiro apurado em 2016 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas ingressos e o somatório das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas dispêndios) foi positivo em



R\$ 1,115 bilhão, superior ao exercício de 2015 em R\$ 1,172 bilhão, este resultado é o reflexo principalmente dos recursos da Fundação AMAZONPREV, recursos de Operações de Créditos e Depósitos Judiciais. O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.

Apresentamos, na tabela 28 e gráfico 21, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro do Estado do exercício de 2015.

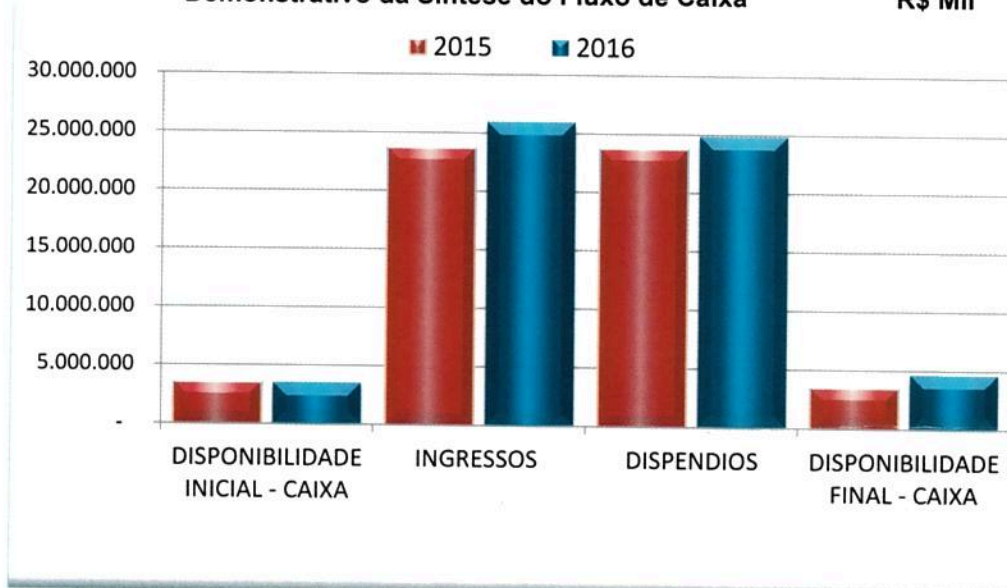
Tabela 28
Demonstrativo do Balanço Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	VAR.%
INGRESSOS (I+II)	25.978.009	23.714.173	9,55
Receita Orçamentária (I)	15.440.531	14.251.961	8,34
Recebimentos Extraorçamentários (II)	10.537.478	9.462.212	11,36
Saldo do Exercício Anterior	3.524.258	3.581.997	(1,61)
DISPÊNDIOS (III+IV)	24.863.222	23.771.911	4,59
Despesa Orçamentária (III)	14.997.260	14.477.492	3,59
Pagamentos Extraorçamentários (IV)	9.865.962	9.294.419	6,15
Saldo Para o Exercício Seguinte	4.639.045	3.524.258	31,63
RESULTADO FINANCEIRO ((I+II) - (III+IV))	1.114.787	(57.739)	2.030,76

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Receita e Despesa orçamentárias estão incluídas as intraorçamentárias

Gráfico 21
Demonstrativo da Síntese do Fluxo de Caixa



4.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em suas resoluções e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 6ª edição, 2ª republicação. Esta Demonstração permite a análise da capacidade de o Estado gerar caixa e equivalentes de caixa para manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

No exercício de 2016, o resultado de caixa e equivalente de caixa foi positivo em R\$ 1.115 bilhão, com variação nominal ante 2015 de R\$ 1,172 bilhão, sendo R\$ 1,661 bilhão de Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, R\$ 720 milhões negativos de Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento e R\$ 174 milhões positivo de Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

Tabela 29
Demonstrativo de Fluxo de Caixa

	R\$ Mil		
TÍTULOS	2016	2015	VAR. %
LÍQUIDO DE FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.660.962	570.710	191,03
Ingressos	24.653.948	22.740.413	8,41
Dispêndios	22.992.986	22.169.703	3,71
LÍQUIDO DE FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(719.945)	(578.027)	24,55
Ingressos	39.921	107.643	(62,91)
Dispêndios	759.866	685.671	10,82
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	173.769	(50.422)	444,63
Ingressos	575.849	338.679	70,03
Dispêndios	402.079	389.101	3,34
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.114.787	(57.739)	2.030,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	3.524.258	3.581.997	(1,61)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.639.045	3.524.258	31,63

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

4.4 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado.



A NBC T – 16.2, Patrimônio e Sistemas Contábeis, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em suas resoluções, definiu cada um dos elementos que compõem o Balanço Patrimonial.

*“**Ativo** são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;*

*“**Passivo** são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços;*

*“**Patrimônio Líquido** é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.”*

O Patrimônio líquido (diferença entre o somatório do ativo e passivo real) foi de R\$ 6,111 bilhões no exercício de 2016, conforme apresentamos na tabela 30.

O recurso para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro e passivo financeiro, que resultou em R\$ 2,955 bilhões, sendo R\$ 2,113 bilhões superávit financeiro da Fundação AMAZONPREV e R\$ 842 milhões dos demais órgãos do estado, incluindo os poderes, conforme apresentado no anexo 14.

No Ativo Circulante destacamos os Créditos a Curto Prazo com R\$ 1,102 bilhão em 2016 e R\$ 335 Milhões em 2015, com variação positiva de 228,49%, este aumento representa, basicamente, os Créditos Tributários a Receber de ICMS.

O valor de R\$ 8,240 bilhões, representado pelo Imobilizado no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2016, no nosso entendimento não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. Em nossa análise, faz-se necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros, apesar de alguns órgãos já procederem a correção dos bens, estes não são ainda de valores significativos em relação ao total.



Tabela 30
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

FONTE	2016	2015	R\$ Mil VAR. %
ATIVO CIRCULANTE	6.038.602	4.237.705	42,50
Caixa e Equivalente de Caixa	2.294.340	1.954.833	17,37
Créditos a Curto Prazo	1.101.735	335.398	228,49
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	318.917	142.580	123,68
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	2.105.148	1.507.059	39,69
Estoques	218.246	270.285	(19,25)
VPD Pagas Antecipadamente	216	27.550	(99,22)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.061.724	9.940.870	11,28
Realizável a Longo Prazo	1.510.697	1.062.901	42,13
Investimentos	1.297.784	1.146.552	13,19
Imobilizado	8.239.931	7.723.490	6,69
Intangível	13.312	7.927	67,93
Total do Ativo (I)	17.100.326	14.178.574	20,61
Passivo Circulante	978.092	963.836	1,48
Passivo não Circulante	10.011.314	9.027.627	10,90
Total do Passivo (II)	10.989.406	9.991.463	9,99
Patrimônio Líquido (III) = (I-II)	6.110.919	4.187.111	45,95

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

4.4.1 Resultado do Patrimônio Líquido

O Estado apresentou em 2016 um Patrimônio Líquido acumulado de R\$ 6,111 bilhões, com uma variação positiva ante 2015 de 45,95% ou R\$1,924 bilhões, houve ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 642 milhões negativos e ajustes de avaliação patrimonial no valor de R\$ 5 milhões, conforme demonstramos na tabela 31.

O resultado positivo apresentado neste exercício, deve-se basicamente aos recursos da Fundação AMAZONPREV, a renegociação dos juros no âmbito do 5º Termo Aditivo do refinanciamento da Lei 9.496/97 sob o amparo da Lei complementar Nº148 de 25/11/2014 e a variação monetária cambial.

No gráfico 22, demonstramos a evolução do Patrimônio Líquido, evidenciando os resultados nos últimos cinco exercícios.

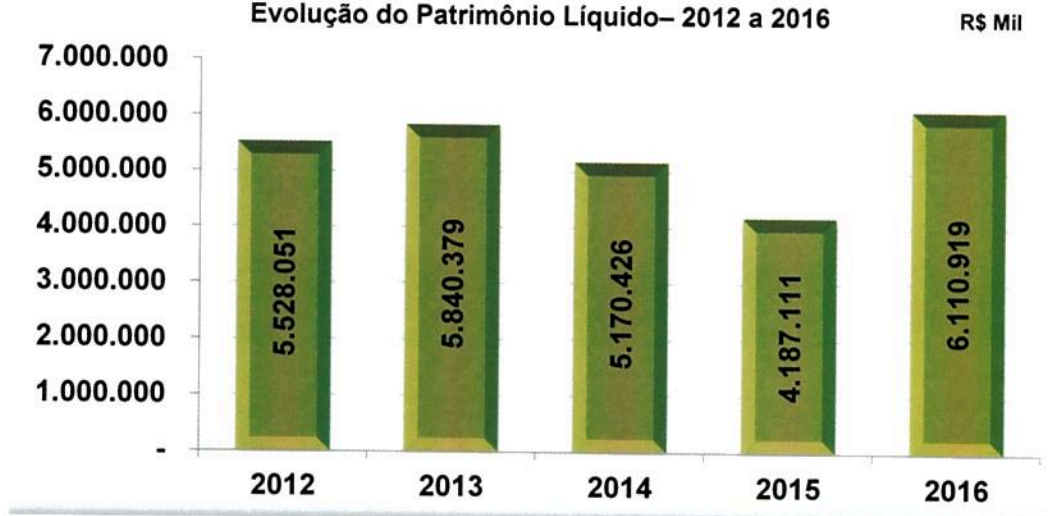


Tabela 31
Patrimônio Líquido

EXERCÍCIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO	VAR. %
2012	1.195.078			5.528.051	27,58
2013	312.328			5.840.379	5,65
2014	(556.990)	(115.681)	2.717	5.170.426	(11,47)
2015	(457.149)	(532.109)	5.944	4.187.111	(19,02)
2016	2.560.815	(642.423)	5.416	6.110.919	45,95

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 22
Evolução do Patrimônio Líquido– 2012 a 2016



4.5 Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme dispõe a Lei Federal nº 4.320/64 evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, abrange as alterações positivas e negativas ocorridas no patrimônio.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - STN, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas decorrem de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as qualitativas são provenientes de transações que alteram a composição patrimonial sem afetar o patrimônio líquido.



O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. No exercício de 2016, foi apurado um resultado positivo de R\$ 2,561 bilhões, conforme demonstrado na tabela 32.

Tabela 32
Demonstrativo das Variações Patrimoniais

TÍTULO	2016	2015	R\$ Mil VAR. %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	21.135.960	20.842.921	1,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.849.391	8.462.875	4,57
Contribuições	2.917.787	2.520.391	15,77
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	173.509	225.305	(22,99)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.315.012	820.174	60,33
Transferências e Delegações Recebidas	5.083.507	4.557.209	11,55
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivo	1.676.779	1.164.961	43,93
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.119.974	3.092.005	(63,78)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18.575.145	21.300.070	(12,79)
Pessoal e Encargos	4.889.501	4.641.073	5,35
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.620.127	1.462.622	10,77
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.098.435	3.187.498	(2,79)
Variações Patrimoniais diminutivas Financeiras	443.094	1.644.911	(73,06)
Transferências e Delegações Concedidas	3.754.527	3.857.128	(2,66)
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.667.741	2.067.948	29,00
Tributárias	104.181	107.362	(2,96)
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.997.538	4.331.527	(53,88)
RESULTADO PATRIMONIAL	2.560.815	(457.149)	460,17

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

4.6 Depreciação do Imobilizado

A depreciação dos Bens Móveis foi implementada observando a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.136/08 e da macrofunção 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, adotada pelo Estado como metodologia de cálculo seguindo o método linear de cotas constantes que considera a Vida Útil e Valor Residual de cada bem. Na Fundação AMAZONPREV, a depreciação dos bens móveis segue o método de taxas fiscais (Tabela da Receita Federal) e para os Bens Imóveis a metodologia linear de cotas constantes definida pelo Ministério da Previdência Social.



O procedimento foi aplicado inicialmente na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ para os bens móveis adquiridos e/ou incorporados no exercício de 2010, a partir de 2011 os órgãos foram aderindo ao procedimento de depreciação gradativamente, considerando o ponto de corte, o exercício de adesão de cada órgão. Até 2016 foram incluídas 54 (Cinquenta e quatro) Unidades Gestoras, totalizando uma depreciação acumulada de R\$ 65 milhões, sendo R\$ 63 milhões para os Bens Móveis, R\$ 1 milhão para os Bens Imóveis e R\$ 1 milhão de Intangíveis, conforme demonstrados na tabela 33.

Tabela 33
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis

DEPRECIÇÃO	DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATÉ 2015	DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATÉ 2016	R\$ Mil
Bens Móveis	38.589		63.246
Bens Imóveis	1.042		1.488
Intangível	22		1.136
TOTAL	39.653		65.871

Fonte: Sistema de Administração de Bens Patrimoniais - ABP/SEFAZ, AJURI/ SEAD e AMAZONPREV

5. BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 04, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.

6 GESTÃO DA DÍVIDA

6.1 Dívida Ativa

Em 2016 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 758 milhões, representando 20,40% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2015, sendo R\$ 650 milhões tributário e R\$ 108 milhões não tributário. Os valores arrecadados no exercício foram de R\$ 29 milhões, representando 0,78% do saldo do estoque da dívida existente em 2015, sendo R\$ 28 milhões tributário e R\$ 1 milhão não tributário. Foram recuperados em adjudicações R\$ 28 mil, os ajustes de exercícios anteriores foram de R\$ 305 milhões representando 8,21% do saldo de 2015, sendo R\$ 286 tributário e R\$ 19 milhões não tributário.



Ocorreram, ainda, baixa de Certificados de Dívida Ativa–CDA no valor total de R\$ 111 milhões, representando 2,99% do saldo da dívida de 2015, sendo R\$ 109 milhões tributário e R\$ 2 milhões não tributário.

O saldo final do estoque da dívida em 2016 foi de R\$ 4,642 bilhões, com acréscimo nominal de 24,84% ante 2015, sendo R\$ 4,330 bilhões tributário e R\$ 312 milhões não tributário, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 34.

Tabela 34
Demonstrativo da Dívida Ativa

DÍVIDA ATIVA	TRIBUTÁRIO	NÃO TRIBUTÁRIO	TOTAL	R\$ Mil % sobre 2015
Saldo em 31/12/2015	3.530.834	187.570	3.718.404	
(+) Inscrições em 2016	650.443	108.168	758.611	20,40
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	286.584	18.648	305.232	8,21
(-) Valores Recebidos (Principal, juros, Multas e Correção Monetária)	28.197	887	29.084	0,78
(-) Valores Recuperados (Adjudicações)	28	-	28	0,00
(-) Baixa de CDA's em 2016	109.504	1.634	111.138	2,99
Saldo em 31/12/2016	4.330.132	311.865	4.641.996	24,84

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

6.2 Dívida Pública

Constituem a dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 19,13% do total, aquelas são compostas por obrigações de médio e longo prazo e representam 80,87% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos: os contratos no âmbito dos programas, PROSAMIM, Abastecimento de Águas de Manaus, Pró-moradia, Projeto Minha Casa Minha Vida, Construção da Arena da Amazônia, Cobertura da Arena da Amazônia, Projeto Avenida das Torres com AM 010, Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus, PROINFRA, PROCONFIS (BID e BIRD), Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – PADEAM, PROINVEST, Projeto Duplicação da AM 070 - Manaus – Manacapuru, PROSAIMAUÉS, PROSIP e dívidas refinanciadas com a União.



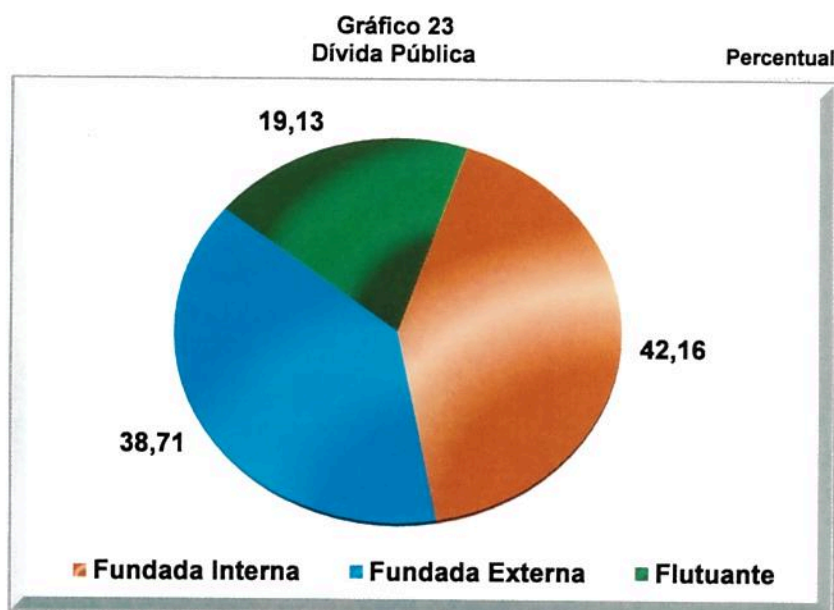
A dívida pública no Estado do Amazonas apresentou um saldo, em 31/12/2016, de R\$ 7,773 bilhões, com variação negativa ante 2015 de 5,27%, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 35 e Gráfico 23.

Tabela 35
Dívida Pública

R\$ Mil

DÍVIDA	Valor		%	
	2015	2016	PART.	VAR.
Fundada Interna	3.303.259	3.277.615	42,16	(0,78)
Fundada Externa	3.603.655	3.009.077	38,71	(16,50)
Flutuante	1.299.074	1.486.791	19,13	14,45
TOTAL	8.205.987	7.773.483	100,00	(5,27)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



A dívida fundada total de R\$ 6,287 bilhões, representa 27,58% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida que em 2016 totalizou R\$ 22,791 bilhões, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento total.

No exercício financeiro de 2016, houve um decréscimo nominal de 8,98% no total do estoque da Dívida Fundada, em relação ao exercício de 2015, conforme tabela 36 e gráfico24. Este resultado deve-se, basicamente, a renegociação dos juros no âmbito do 5º Termo Aditivo do refinanciamento da Lei 9.496/97 sob o amparo da Lei complementar Nº148 de 25/11/2014 e a variação monetária cambial.

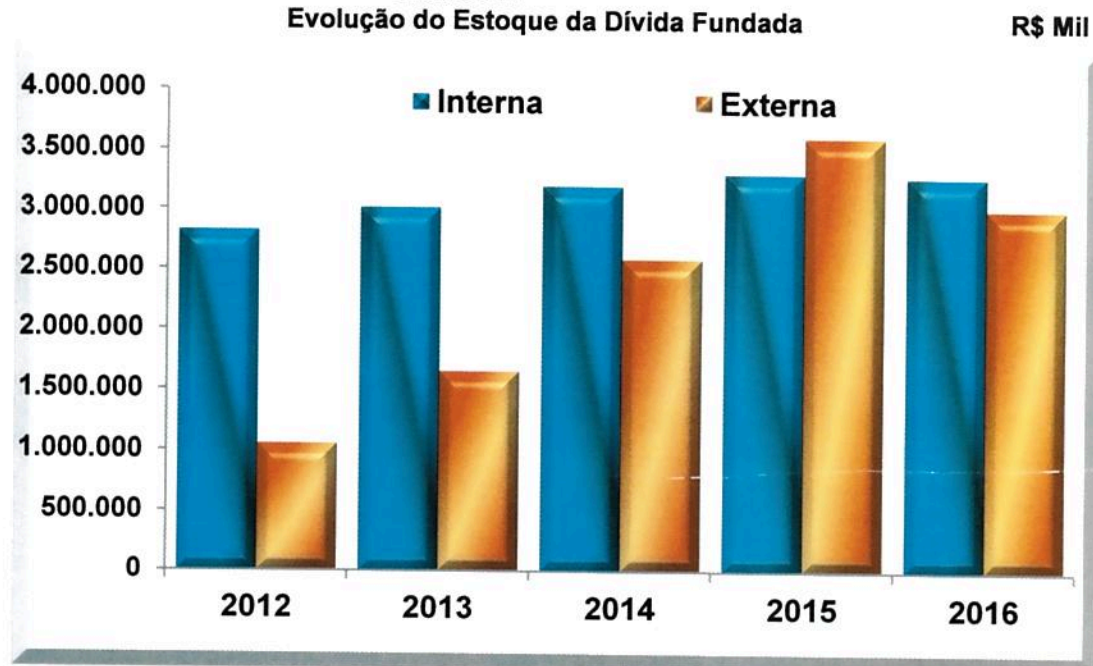


Tabela 36
Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida

DÍVIDA	2012	2013	2014	2015	2016
Interna	2.821.061	3.013.147	3.194.766	3.303.259	3.277.615
Externa	1.056.912	1.654.316	2.584.946	3.603.655	3.009.077
TOTAL	3.877.973	4.667.463	5.779.712	6.906.914	6.286.692
RCL do Exercício	9.655.316	10.329.762	11.039.956	10.998.994	11.395.631
Div. Fundada / RCL (%)	40,16	45,18	52,35	62,88	55,17

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 24
Evolução do Estoque da Dívida Fundada



6.3 Dívida Flutuante

Demonstramos na tabela 37 e gráfico 25 a Dívida Flutuante ou Administrativa que totalizou em R\$ 1,487 bilhão, destacam-se os grupos Valores Restituíveis com R\$ 732 milhões ou 49,24% do total, que representa os saldos de Consignações, Garantias, Depósitos Judiciais e não Judiciais, os Restos a Pagar não Processados com R\$ 472 milhões ou 31,76% e os Restos a Pagar Processados com R\$ 282 milhões ou 19,00%, neste está incluído os Restos a Pagar não processados liquidados.



Tabela 37
Demonstrativo da Dívida Flutuante

FONTE	R\$ Mil	
	VALOR	PART. %
Valores Restituíveis	732.135	49,24
Restos a Pagar Processado	282.461	19,00
Restos a Pagar Não Processado	472.195	31,76
TOTAL	1.486.791	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 25
Dívida Flutuante

R\$ Mil



7 GESTÃO FISCAL

7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, inciso II da LRF em: 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei n.º 4.208, de 07 de agosto de 2015, Art.10, Parágrafo 2º, Inciso I, ficou definida a repartição para o Poder Legislativo da seguinte forma: 1,57% para Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e 1,43% para o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.



A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB e das contribuições previdenciárias.

O Estado do Amazonas, em 2016, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 55,26% em relação à receita corrente líquida – RCL, cabendo ao Poder Executivo 47,21%, ao Poder Legislativo 2,78%, ao Poder Judiciário 3,74% e ao Ministério Público 1,52%, conforme demonstrado na tabela 38.

Tabela 38
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

R\$ Mil

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
PODER EXECUTIVO (I)	5.380.418	47,21
Pessoal Ativo	4.183.752	36,71
Pessoal Inativo e Pensionista	1.451.122	12,73
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	344.787	3,03
(-) Decorrentes de decisão Judicial	18.584	0,16
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	6.207	0,05
(-) Indenizações por Demissão	563	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	573.888	5,04
PODER LEGISLATIVO (II)	316.388	2,78
Assembleia Legislativa - ALE	165.669	1,45
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	150.719	1,32
PODER JUDICIÁRIO (III)	426.556	3,74
Tribunal de Justiça	426.556	3,74
MINISTÉRIO PÚBLICO (IV)	173.362	1,52
Procuradoria Geral de Justiça	173.362	1,52
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+II+III+IV)	6.296.723	55,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	11.395.631	
LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)	6.837.379	
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)	6.495.510	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI
Valores calculados e publicados por cada Poder

Demonstramos, na tabela 39 e gráfico 26, a evolução anual da relação dos Gastos com Pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2012 a 2016, observa-se que o Estado se mantém dentro do limite da LRF, com aumento em relação a 2012 de 12,50%.



Tabela 39
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2012 a 2016

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016
RCL	9.655.316	10.329.762	11.039.956	10.998.994	11.395.631
Despesa de Pessoal	4.742.773	5.341.472	5.858.180	6.161.062	6.296.723
Limite Legal (60% s/ RCL)	5.793.190	6.197.857	6.623.974	6.599.397	6.837.379
% Relação Pessoal/RCL	49,12	51,71	53,06	56,01	55,26

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro

Gráfico 26
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2012 a 2016



7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o “Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2016, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 2,172 bilhões, correspondente a 25,13% da receita de impostos e transferências, conforme definição constitucional.

Na tabela 40, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior ao limite mínimo estabelecido legalmente, em R\$ 11 milhões.



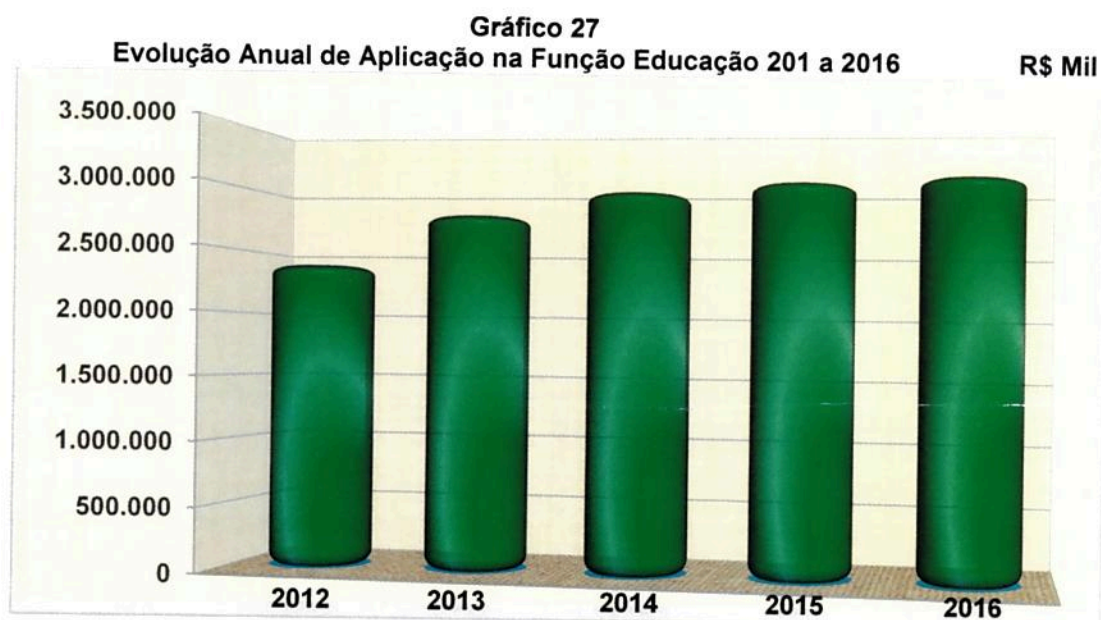
Tabela 40
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receita de Impostos		7.953.191
2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais		2.624.789
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		1.934.329
4. TOTAL (1+2-3)		8.643.651
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)	25,00%	2.160.913
6. VALOR APLICADO	25,13%	2.171.838
7. DIFERENÇA (6-5)	0,13%	10.925

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 2,460 bilhões, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 606 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 3,066 bilhões.

Demonstramos, no gráfico 27, a evolução anual da aplicação na função educação, no período de 2012 a 2016, considerando o total da função Educação mais a redistribuição aos municípios do FUNDEB.



Nota: Considerando a redistribuição aos Municípios

Em 2016, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram



maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 606 milhões, ou seja, 37,37% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 41, por fonte.

Tabela 41
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo-FUNDEB

FONTE	REPASSE	RATEIO	PART. %	DIFERENÇA	% DIF./REP.
	(A)	(B)		(A-B)	
ICMS E ACESSÓRIAS	1.066.059	628.759	61,92	437.300	41,02
IPVA E ACESSÓRIAS	30.076	26.711	2,63	3.365	11,19
ITCMD E ACESSÓRIAS	1.617	717	0,07	899	55,62
ITR	0	97	0,01	(97)	-
FPE	516.262	229.909	22,64	286.354	55,47
FPM	0	124.907	12,30	(124.907)	-
IPI	4.300	2.553	0,25	1.747	40,62
Lei Kandir	2.948	1.750	0,17	1.198	40,62
TOTAL	1.621.262	1.015.403	100,00	605.859	37,37

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

7.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77, inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2016, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 1,97 bilhão, ou 22,84%, excedendo em R\$ 937,21 milhões o mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 42.

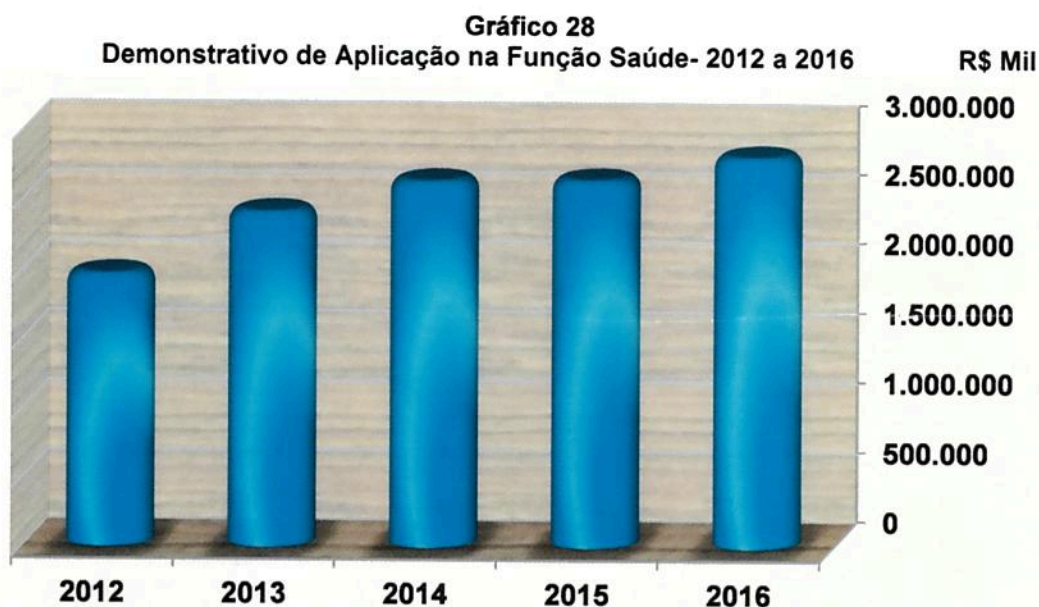
Tabela 42
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	R\$ Mil
RECEITAS		
1. Receitas de Impostos		7.953.191
2. Transferências da União		2.624.715
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		1.934.329
4. Total (1+2-3)		8.643.577
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)	12,00%	1.037.229
6. TOTAL APLICADO	22,84%	1.974.446
7. DIFERENÇA (6-5)	10,84%	937.217

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2016, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 2,805 bilhões, R\$ 831 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional. No gráfico 28 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2012 a 2016.



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial deste relatório é o de subsidiar o processo de avaliação e desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, através da demonstração dos resultados alcançados no exercício de 2016. Acreditamos que, dessa forma, estaremos contribuindo para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.

Diante da missão de subsidiar os nossos gestores por meio de informações confiáveis, ainda nos restam muitos objetivos a serem alcançados e melhorias a serem implementadas. Ressaltamos que, apesar de todas as dificuldades, nossa equipe técnica tem sido incansável na busca por um constante aprimoramento das informações prestadas.



Dentre os esforços já realizados, podemos citar a convergência do Sistema AFI às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que tornou possível gerar os Balanços dos órgãos e o consolidado do Estado, além das constantes melhorias que auxiliam os Gestores e ao próprio Governo no registro dos atos e fatos da administração. Isso tem resultado na maior publicidade das informações por meio do Portal da Transparência do Governo do Amazonas.

Nossos agradecimentos, primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela saúde e pela oportunidade de realização deste trabalho. Agradecemos também ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe. Nosso agradecimento ainda ao Dr. Afonso Lobo, então titular da Secretaria da Fazenda, pelo apoio imprescindível na implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e na busca de soluções para as dificuldades surgidas no dia a dia.

De forma especial agradecemos ao Dr. Edson Theophilo Ramos Pará, Analista do Tesouro Estadual, o qual esteve por 21 anos ocupando cargos relevantes no Tesouro Estadual, entre eles, o de Secretário Executivo do Tesouro desde 2002, deixando-o em 2017 pela aposentadoria. Em sua gestão o Tesouro criou mecanismos para elaboração e controle de informações para cumprimento dos limites e metas dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e Programa de Reestruturação Fiscal do Estado, implementou melhorias no controle da despesa pública, desenvolveu e implantou diversos projetos relevantes, como a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira – AFI, do Sistema de Controle de Pagamento Estadual e, mais recentemente, a transição para a nova contabilidade aplicada ao setor público. Sua capacidade técnica e conhecimentos aprofundados em finanças públicas, diretrizes orçamentárias e orçamento público contribuíram para uma gestão eficiente e atuante no Tesouro Estadual, resultando em reconhecimento na SEFAZ, no Estado, no Conselho Fiscal da Fundação AMAZONPREV, atuando como presidente, na Secretaria do Tesouro Nacional e no Conselho Regional de Contabilidade, onde ocupa a cadeira 28 da Academia de Ciências Contábeis do Amazonas.



A toda equipe da Secretaria do Tesouro a nossa gratidão pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. Agradecemos, de forma especial, ao Departamento de Contabilidade Pública, a Gerência de Contabilidade, ao Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis e a Equipe de Tecnologia da Informação do AFI que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado e na implementação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Agradecemos, ainda, ao Departamento de Tecnologia da Informação-DETIN, aos demais setores da SEFAZ a Imprensa Oficial que atua com muito zelo na publicação do balanço e aos diversos órgãos da administração direta e indireta pela colaboração dispensada ao longo do exercício de 2016.


Agradecimento fraterno à equipe da Comissão Permanente das Contas do Governo, do Tribunal de Contas do Estado e Controladoria Geral do Estado pela parceria na busca de soluções técnicas, objetivando a transparência nos registros dos atos e fatos no trato da coisa pública.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado: muito obrigado.

Manaus, 30 de março de 2017.



Francisco Arnóbio Bezerra Mota
Secretário Executivo do Tesouro



Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC N° 07984/AM